

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

DANIELA ZAPATA DE OLIVEIRA

**ESTADO ISLÂMICO E A INTERVENÇÃO NO ORIENTE MEDIO: OS CASOS DE
IRAQUE E SÍRIA**

Porto Alegre

2016

DANIELA ZAPATA DE OLIVEIRA

**ESTADO ISLÂMICO E A INTERVENÇÃO NO ORIENTE MEDIO: OS CASOS DE
IRAQUE E SÍRIA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini

Porto Alegre

2016

CIP - Catalogação na Publicação

Oliveira, Daniela Zapata de
ESTADO ISLÂMICO E A INTERVENÇÃO NO ORIENTE MEDIO:
OS CASOS DE IRAQUE E SÍRIA / Daniela Zapata de
Oliveira. -- 2016.
83 f.

Orientador: Paulo Gilberto Fagundes Visentini.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Estado Islâmico. 2. Oriente Médio. 3.
Terrorismo. 4. Síria. 5. Iraque. I. Visentini, Paulo
Gilberto Fagundes, orient. II. Título.

DANIELA ZAPATA DE OLIVEIRA

**ESTADO ISLÂMICO E A INTERVENÇÃO NO ORIENTE MEDIO: OS CASOS DE
IRAQUE E SÍRIA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 12 de dezembro de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini – Orientador
UFRGS

Profª. Dra. Sonia Maria Ranincheski
UFRGS

Prof. Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik
UFRGS

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, eu agradeço aos meus pais Carolina e Eduardo, por sempre me apoiarem nas minhas decisões e por me proporcionarem todos os meios possíveis para eu hoje estar completando essa jornada em minha vida. Ao meu pai, por não medir esforços para sempre me ver sorrir e a minha mãe por sempre confiar em mim, me incentivar a seguir em frente e por estar sempre ao meu lado. Obrigada, eu amo muito vocês. Agradeço ao meu irmão, que por mais novo que seja, me ensina todos os dias a ser mais calma, mais paciente e a sempre ter um sorriso no rosto.

Aos meus queridos amigos de uma vida inteira, agradeço por me acompanharem em todas as etapas da minha vida. Obrigada Thais, Yasmin, Bruna, Juliana, Victória, Ana, Eduardo e Raphael!

Dentro da universidade, não posso deixar de agradecer às minhas companheiras desses cinco anos de jornada acadêmica Natasha, Gabriela, Letícia, Camila e Ana companheiras ficarão para além das portas da FCE. Obrigada a minha eterna companheira de viagens de volta para casa, Alexandra, pelas incansáveis conversas ao longo do caminho, no final do dia. Obrigada por se tornar uma companheira de faculdade. Um imenso obrigada a minha querida Roberta, minha companheira de comissão e que me ajudou muito na composição deste trabalho. E obrigada também a todas as colegas que de alguma maneira contribuíram para o crescimento social e político dentro e fora da universidade.

Aos meus amigos da SAP, os quais fazem parte e alegam o meu dia a dia. Obrigada Virgínia, Morgana, Nicolle, Lucca e Eduardo, por me ensinarem que a amizade não tem hora nem lugar e que grandes companheiros se encontram às vezes nos momentos mais difíceis. Obrigada por fazerem esse ano ser mais leve, apesar de tão atarefado. E obrigada aos meus mentores Bruna, Daniel e Gabriel, que me ajudaram, e ajudam, a crescer profissionalmente e que são muito além de mentores profissionais, grandes amigos.

Por fim, agradeço a universidade, à sua gestão e ao governo que a tornou mais inclusiva. Foi por causa dele que pude cursar em uma das melhores universidades do Brasil e foi pelos incentivos à pesquisa que iniciei minha carreira profissional. Obrigada pela oportunidade de uma educação superior de qualidade. Agradeço também aos funcionários e professores da universidade que contribuíram de diversas formas para a minha formação tanto pessoal quanto acadêmica.

Uno se pregunta ¿Hasta cuando? ¿Hasta cuando la paz del mundo estará
en manos de los que hacen el negocio de la guerra?
Eduardo Galeano

RESUMO

O presente trabalho visa analisar, com base em alguns autores e teóricos, os fatores externos e internos para o surgimento do grupo extremista autodenominado Estado Islâmico nos territórios da Síria e do Iraque. A revisão seguirá a seguinte estrutura: a primeira parte apresentará as variáveis internas de Iraque e Síria para o estabelecimento do grupo, se concentrando principalmente no século XX - a partir da formação dos Estados -, tais como religião, situação econômica e política e aspectos culturais históricos desses dois Estados; a segunda parte trará os aspectos externos, intensificadores dos primeiros, a exemplo da intervenção dos Estados Unidos no Iraque, em 2003 - em sua política de Guerra ao Terror - e a intervenção das potências europeias, e também dos EUA, na Síria, durante e após seu contexto de Primavera Árabe, em 2011; por último, na terceira parte, será feita uma revisão histórica do crescimento do grupo jihadista até sua chegada a sua situação atual de Califado nas regiões conquistadas e uma breve análise de sua posição como Estado Islâmico.

Palavras-chave: Estado Islâmico. Iraque. Síria. Califado. EI. Estados Unidos. Guerra ao Terror.

ABSTRACT

This study aims to analyze, based on some authors and theorists, external and internal variables for the emergence of the extremist group Islamic State in the territories of Syria and Iraq. The review will follow the following structure: the first part will present the internal variables of Iraq and Syria to the establishment of the group, mainly the ones into the 20TH century – after the State building concept -, such as religion, economic and political status and historical cultural aspects of these two States; the second part will bring the external aspects, intensifier of the first, such as US intervention in Iraq in 2003 - in his Global War on Terror policy -, and the intervention of European powers- and also the US, in Syria after the Arab Spring in 2011 context; finally, in the third part, will be made a historical review of the growth of the jihadist group until its arrival in the present situation of the Caliphate in the conquered regions, and a brief analysis of its position as the Islamic State.

Keywords: Islamic State. Iraq. Syria. Caliphate. ISIS. United States. War on Terror.

LISTA DE GRAVURAS

Figura 1: Controle do EI sobre refinarias e oleodutos de petróleo	61
Figura 2: Atividade rebelde sunita liderada pelo EI	62
Figura 3: Estrutura de Comando do Estado Islâmico	63
Figura 4: Área de controle do EI em 2015.....	68
Figura 5: Área de controle do EI em 2016.....	69

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AQI	– Al-Qaeda no Iraque
CIA	– Central Intelligence Agency
EI	– Estado Islâmico
EUA	– Estados Unidos da América
FSA	– Free Syrian Army
ISI	– Islamic States of Iraq
ISIS	– Islamic State of Iraq and al-Sham
ONU	– Organização das Nações Unidas
PIB	– Produto Interno Bruto
RAU	– República Árabe Unida

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2 FATORES INTERNOS: IRAQUE E SÍRIA.....	15
2.1 O Islã na região	15
2.2 Sykes-Picot e a elite iraquiana	17
2.3 A elite síria, o Governo de notáveis e o regime Ba'as na Síria.....	21
2.4 Monarquia Hashemita e o Regime Ba'as no Iraque.....	28
3 FATORES EXTERNOS: INTERFERÊNCIAS OCIDENTAIS	32
3.1 Fim da Guerra Fria para a diplomacia médio-oriental e a Guerra de 1991 e suas consequências para o Iraque.....	33
3.2 Invasão do Iraque em 2003 e a insurgência.....	37
4 ESTADO ISLÂMICO	52
4.1 Histórico do grupo (2006 - atualmente)	52
4.2 O Califado.....	64
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS.....	76

1. INTRODUÇÃO

A disposição política atual do território denominado Oriente Médio¹ não reflete a sua realidade cultural, levando os países a intensas disputas político-culturais, desde sua divisão, no início século XX. Essas disputas, são ainda intensificadas pela situação econômica ambígua dos países dessa região. A sua grande importância para a economia global é devido às grandes reservas de combustíveis naturais. Isso faz com que o Oriente Médio nunca tenha logrado ser completamente autônomo nas suas tomadas de decisão, visto que as grandes potências mantêm estreitas relações com as elites dominantes, com vistas a fazer valer suas vontades nesses novos Estados. (BANDEIRA, 2013).

Neste contexto, de disputas políticas por influência de poder na região, os países centrais, com o apoio de seus aliados regionais e internos, dão suporte para elites que sejam favoráveis aos seus interesses tanto econômicos como políticos. As disputas por poder acabam dando voz a grupos rebeldes, de cunho religioso - ou não -, que desejam depor os governos vigentes. Assim, surgem movimentos revolucionários que desafiam as autoridades e que, a exemplo Hezbollah e Al-Qaeda, aterrorizam a população civil.

A dissidência conservadora religiosa xiita é minoria no mundo muçulmano (embora essa não seja a realidade do Iraque, por exemplo) e os sunitas são maioria; suas disputas também não cessaram, até hoje. O tratado de Sykes-Picot, porém, que foi assinado por Inglaterra e França, em 1916, dividindo o território do Oriente Médio em zonas de influência entre eles, no pós-Primeira Guerra - e não levando em consideração as divisões culturais das populações - acabou gerando muitas disputas internas dentro dos países e uma repressão de algumas, pela minoria tanto religiosas como econômicas, que entraram em acordo com as potências ocidentais, submetendo-se a elas, porém tendo privilégios em seu território e subjugando essas minorias, majoritariamente pobres (DEMANT, 2013). Dessa forma, as potências ocidentais passaram a apoiar e a financiar governos que lhes trouxessem algum benefício nesses países, colocando no poder as elites conservadoras a seu mando e deixando a população desamparada, o que deu margem para o surgimento de grupos rebeldes com diferentes abordagens e objetivos (NAPOLEONI, 2015).

¹ No presente trabalho, será considerado somente o território da Ásia Central.

No caso específico do Estado Islâmico, não só essas variáveis mais contínuas da região deram vez ao surgimento do grupo, como também o estado político e econômico caóticos em que o Oriente Médio se encontrava, com as investidas dos Estados Unidos, na sua chamada Guerra ao Terror - iniciada após os atentados de 11 de setembro (COCKBURN, 2015a). Dessa forma, busca-se trabalhar na análise desses dois contextos interno e externo para entender as especificidades do grupo e do cenário que se formou para a sua tomada de poder nos territórios da região do Levante, mais especificamente, em partes do Iraque e da Síria.

Este trabalho de conclusão de curso, então, propõe-se a investigar algumas variáveis relevantes para o surgimento do grupo extremista autodenominado Estado Islâmico, atuante no Oriente Médio, principalmente nos territórios do Iraque e da Síria. Dessa forma, busca-se quais as relações entre os fatores internos e externos, anteriores e paralelos à atuação do grupo, que possibilitaram e até incentivaram o seu surgimento no território que atua, e que posteriormente cooperaram para a sua ampliação. Segue-se então a seguinte estrutura além desta introdução e da conclusão: a primeira parte apresentará as condições internas de Iraque e Síria para o estabelecimento do grupo, tais como religião, situações econômica e política e aspectos históricos desses dois Estados, abarcando principalmente o século XX, após a delimitação dos Estados nacionais por Inglaterra e França.

A segunda parte trará os aspectos externos intensificadores dos primeiros, apresentados na primeira parte, bem como intervenção dos Estados Unidos no Iraque, em 2003 - em sua política de Guerra ao Terror -, e a intervenção das potências europeias - e também dos EUA - na Síria, após seu contexto de Primavera Árabe, em 2011, na situação com a política externa no pós Guerra Fria e também as intervenções econômicas feitas no Iraque no final da década de 90; e por último, na terceira parte, será feita uma revisão histórica do crescimento do grupo jihadista, desde a virada do século, até sua chegada a sua situação atual de Califado nas regiões conquistadas e uma breve análise de sua posição como Estado Islâmico. Dessa forma, o trabalho de conclusão se propõe a responder à pergunta “Como a interação entre a situação interna de Síria e Iraque e a intervenção ocidental contemporânea propiciaram o surgimento do EI naquela região? E como influenciam atualmente?”.

Levando em consideração a questão a ser investigada no trabalho, pode-se dizer que os objetivos deste são avaliar, no âmbito interno de Iraque e Síria, as divisões que o acordo de Sykes-Picot, em 1916, provocaram na sociedade desses países até hoje; como a relação dessas

populações e governos com a religião, política e globalização influenciam no comportamento delas; e ao mesmo tempo, ver como essas variáveis, que um dia foram externas e atualmente são consideradas internas – pois sua estrutura se dá de maneira imposta pelo Ocidente há muitas décadas – se misturam com variáveis atualmente externas para dar condições ao surgimento de grupos extremistas, em especial ao Estado Islâmico – que é o ponto central deste trabalho de conclusão. E por fim, também um estudo mais específico de como o Estado Islâmico se diferenciou dos outros grupos extremistas, passando de um grupo com características exclusivamente terroristas, para um grupo com instituições e divisões que se propõem a formar um Estado de facto - atualmente agindo como um Califado.

A hipótese principal seria de que tanto os fatores internos, quanto os fatores externos tiveram de alguma maneira um fator intensificador do Ocidente. O primeiro através do neocolonialismo europeu, no pós-Primeira Guerra, e em suas consequências para a região e sua população, tanto em aspectos culturais, quanto em aspectos econômicos, mas principalmente políticos. Já os fatores externos, com um peso maior no desfecho da situação atual, têm como principal variável as intervenções diretas nos territórios dos dois países por potências europeias e pelos EUA – tanto direta, quanto indiretamente, através do financiamento das disputas entre países da região. Assim, a formação do Estado Islâmico como ele é formado hoje, não é só derivada de fatores internos ou de externos. Uma mistura de décadas, que desencadearam fatores internos crônicos, bem como fatores externos contemporâneos, levaram a uma série de razões determinantes para que o grupo se instalasse onde se encontra hoje e nas condições atuais.

Vários grupos rebeldes de origem jihadista já tentaram formar Estados na região, porém acredita-se que o Estado Islâmico (EI), seria um dos principais atores deste contexto, sendo ele o grupo com maior sucesso na imposição de um Estado contra o regime. Sendo seu estudo de grande importância para entender o motivo pelo qual alguns grupos terroristas têm êxito em suas afirmações e lutas, e outros não; e porque um esclarecimento da real importância de estudar o grupo é necessário para a comunidade internacional (AL-TAMIMI, 2015). Além disso, é necessário para o mundo ocidental saber como combater o Estado Islâmico, pois ele não está acostumado com o seu tipo de terrorismo (NAPOLEONI, 2015), assim, uma análise de seus fatores principais, bem como uma revisão de seus principais facilitadores é de grande ajuda para que haja um aprendizado para o futuro.

Para isso, a metodologia empregada será a análise de fontes jornalísticas e oficiais para retratar os movimentos do grupo extremista em conjunto com a revisão bibliográfica a partir de orientalistas, bem como de historiadores que tratam a respeito do tema. O foco principal será nas literaturas sobre terrorismo e sobre o processo histórico da formação dos territórios de Síria e Iraque, e as intervenções Ocidentais contemporâneas na região do Oriente Médio. Serão usadas fontes de notícias, principalmente para a análise mais recente, visto que fontes teóricas sobre isso devam ser mais escassas, visto a proximidade temporal dos acontecimentos.

Importante destacar também, para o entendimento do presente trabalho, é o conceito de terrorismo e terrorismo moderno. Segundo Visentini (2012), há pelo menos quatro definições de terrorismo: o terrorismo de Estado, na qual há uma violência generalizada do governo (Estado) contra sua população, podendo ser tanto contra minorias internas, quanto contra povos dominados, visando sempre impor um modelo de sociedade, porém ultrapassando limites e caracterizando uma repressão. Alguns exemplos desse tipo de terrorismo seriam a Alemanha nazista e as ditaduras na América Latina no geral. O segundo tipo de terrorismo seria o terrorismo por atos violentos, o qual se perpetra geralmente por motivos políticos através de grupos extremistas - mas pode ser praticada também por atores estatais. O terceiro tipo de terrorismo seria o comunal, que vem de baixo. Se dá dentro da comunidade civil, geralmente em ambiente de guerra generalizada e tem característica desordenada, podendo ter como alvo minorias vítimas de retaliação da população local. E o quarto tipo de terrorismo se caracterizaria por um estado de terror imposto à população pela insegurança em épocas de crise. Ele não se configura de forma material, Visentini cita Fred Halliday para a definição de “ansiedade global”. Atualmente é muito utilizada, pois com o advento da internet é muito fácil espalhar incertezas políticas em momentos delicados e com rapidez (VISENTINI, 2012).

Partindo dessa definição, podemos definir o tipo de terrorismo perpetrado pelo Estado Islâmico como uma mistura do segundo com o quarto tipo, pois o grupo extremista se utiliza de táticas violentas contra a população para lograr seus objetivos políticos. Ao mesmo tempo, se utiliza do advento da globalização e da velocidade da internet para se promover - e inclusive aumentar seus feitos - e também para recrutar novos seguidores, aproveitando o estado de calamidade civil dentro de Síria e Iraque para espalhar ainda mais insegurança na população local.

Adentrando um pouco mais a questão do terrorismo como atos violentos contra a população para atingir objetivos políticos, temos ainda o Terrorismo Moderno. Segundo Ganor (2015), o Estado Islâmico se enquadra em uma nova maneira de perpetrar o terrorismo moderno, mas que ele ainda assim estaria dentro dessa definição, não sendo assim, uma via completamente nova de terrorismo, como alguns teóricos ponderam.

O Terrorismo Moderno teria surgido nos anos 1960, como um meio que certos países teriam encontrado de promover os seus interesses e ideologias através de terrorismo por procuração. Desde então, desenvolveram-se métodos de aplicar esse tipo de ação extremista. Essas ondas se davam a partir de quando um novo grupo ousasse mudar o *modus operandi* em vigor e obtivesse sucesso. Dessa forma, um novo *status quo* de métodos terroristas se firmava, até que outro grupo ousasse tentar novos meios. Na década de 1960, o principal modo de terrorismo era o sequestro de aviões; nos anos 1970, os sequestros tomaram conta do mundo terrorista; e nos anos 1990, os ataques suicidas por homens bomba se tornaram o principal meio de investidas terroristas. Esse último, continua até os dias de hoje como o meio mais utilizado por grupos extremistas. Assim, o EI estaria lançando um novo método de ação, o pela propaganda. O principal objetivo do terrorismo moderno é espalhar o medo e o terror, porém o EI encontrou novas maneiras para levar esse conceito ao um nível completamente novo e eficaz através principalmente da internet (GANOR, 2015). Partindo desse ponto então, pretende-se analisar como os fatores internos e externos no Iraque e não Síria ajudaram o Estado Islâmico a se estabelecer como um grupo terroristas moderno. Enquadrando-se nas percepções de terrorismo de Visentini (2012).

2 FATORES INTERNOS: IRAQUE E SÍRIA

O surgimento do Estado Islâmico, primeiramente no Iraque, e depois, sua extensão para Síria, não é um fator que consiste de variáveis somente externas. Apesar dos interesses das potências ocidentais, bem como de seus aliados regionais, terem muita influência em grande parte da história, alguns fatores internos políticos e culturais devem ser levados em consideração (NAPOLEONI, 2015). Este capítulo visa abarcar esta parte da história. Primeiramente, busca-se aclarar a diferença entre o Islã e o Islamismo, pois apesar de no uso cotidiano serem utilizados de maneira sinônima, os termos fazem referência a ideologias distintas e que devem ser tratadas separadamente. Inclusive porque a situação em que o Oriente Médio se encontra atualmente, muito tem a ver com o islamismo e com as decisões políticas junto a seus aliados e rivais, e quase nada com o Islã em si (KAMEL, 2014).

Entendido isso, uma abordagem histórica sobre a construção da região como a conhecemos hoje é necessária. Passaremos pelo acordo de Sykes-Picot e a sua importância na construção e apoio a ascensão ao poder das elites locais; pelos governos antes e depois da ascensão do Partido Ba'as nos dois países, com suas especificidades em cada um. Esse apanhado histórico interno de Iraque e Síria é necessário para entendermos o porquê de o Estado Islâmico ter surgido justamente nesses dois Estados e para fazer uma ligação com o próximo capítulo sobre o contexto no qual as grandes potências interventoras estavam atuando.

2.1 O Islã na região

Primeiramente, para entender os conflitos gerados por grupos terroristas, é necessário entender sua motivação. Apesar de os fatores políticos serem a coluna vertebral desses ataques e guerras, eles tomam proveito de algo muito mais profundo e antigo, que são as desavenças religiosas na região. De fato, somente os conflitos religiosos não seriam de grandes preocupações, pois divergências entre crenças não são incomuns em qualquer parte do mundo, o problema se mostra quando a religião e a política andam lado a lado.

As cisões e lutas sectárias que estão cada vez mais assolando a região pouco tem a ver com as diferenças religiosas e muito mais com economia e identidade política moderna, principalmente relacionadas com os resultados da I Guerra Mundial, bem como, com eventos históricos mais recentes, incluindo a Revolução Iraniana de 1979, a invasão de 2003 do Iraque pelos EUA, e a Primavera árabe, quando as comunidades locais se fecharam em si próprias para protegerem-se (KAMEL, 2014, p.3 tradução própria).

O islã, como religião predominante no Oriente Médio, tem suas diferentes vertentes conforme localização e cultura espacial. Especificamente no Iraque, pelo menos 60% da população é xiita. Já na Síria, os sunitas são maioria, muito embora a sociedade seja extremamente fragmentada, não sendo assim tão clara essa divisão (DEMANT, 2013).

O islã, mais que uma simples religião, constitui uma civilização portadora de uma ética social e cultural dos povos que habitam esta região ecologicamente inóspita. Situando-se entre as grandes civilizações, o islã absorveu e reelaborou elementos da antiga civilização greco-romana e dos vizinhos cristãos europeus, africanos, persas, hindus e chineses (VISENTINI, 2014 p.5-6).

A religião tem sua base em cinco pilares, os quais trazem a absoluta unicidade do Criador, a submissão diária a Deus, a coletividade islâmica e o sacrifício do jejum do ramadã e a visita a Meca pelo menos uma vez na vida. O islã, como o Cristianismo e o Budismo, é uma religião universalista. Ela traz em si os conceitos de pequena e grande Jihads, que seriam levar a crença islâmica para todo o mundo, pois ela é a única crença realmente verdadeira, e o caminho da transformação interior, respectivamente (DEMANT, 2013).

É importante entender, que há uma grande diferença entre o Islã e o Islamismo, ou Fundamentalismo Muçulmano. O islamismo não é a religião em si, mas uma ideologia política, que toma como base o Islã - que seria a religião - com os preceitos acima explicados. Essa fusão entre a política e o Islã, vem se construindo de um processo ao longo do século XX, que levou ao surgimento do Pan-arabismo – como oposição - e depois ao fundamentalismo muçulmano. Este caminho está ligado intimamente com a imposição dos valores ocidentais e com as consequências desastrosas que a colonização feita pela Inglaterra e pela França causaram na cultura e economia médio-orientais, quando partilharam o território em zonas de influências próprias (DEMANT, 2013).

A imposição cultural ocidental acarretou uma dispersão dos valores islâmicos e uma entrada dos valores estrangeiros na região. Durante, e após, a colonização, as fronteiras erguidas, formando os Estados nacionais, não levaram em consideração as diferenças entre os povos em cada região, causando disputas internas pelo poder. As elites de cada novo Estado, que tinham seus interesses alinhados com os colonizadores, foram beneficiadas, chegando assim ao governo (KHOURY, 1983; NAPOLEONI, 2015).

O fundamentalismo islâmico teve a sua primeira versão no Egito, com a Irmandade Muçulmana, em 1928 (VISENTINI, 2012). Sua frente era basicamente pacífica, com o intuito de combater a colonização britânica, e sua luta não era armada até meados da década de 50, quando

uma parte radical do grupo deu início ao fundamentalismo sunita contemporâneo (DEMANT, 2013).

Tanto a colonização, quanto o surgimento do islamismo, aconteceram em três ondas, durante o século XX. A colonização se separou nos períodos entre guerras, durante a década de 30 e a Segunda Guerra, e o último, no contexto da Guerra Fria até a descolonização dos Estados (HOBSBAWN, 1994).

Já a onda islamista ocorreu, primeiramente atingindo somente uma pequena parcela de estudantes, entre os anos 70 e 80, que se viam desiludidos com as más condições que o futuro lhes oferecia, com as políticas públicas não dando conta da população e o desemprego sendo o caminho mais certo para o futuro. Dessa forma, culpavam o Ocidente pela situação em que se encontrava o país, buscando então no islamismo uma forma de lutar contra a modernização ocidental e de voltar seus valores para a religião muçulmana; a segunda onda ocorreu entre os anos 70 e 80, culminando na Primeira Guerra do Golfo; e a última, ocorre nos anos 90, caracterizada pela internacionalização, expandindo o islamismo até a Segunda Guerra do Golfo e iniciando um problema que se tornaria global (DEMANT, 2013).

Importante também é definir o wahabismo. Ele se trata de uma corrente sunita radical que se utiliza do islamismo para justificar comportamentos extremistas como a imposição da xaria como lei do Estado e severa punição para quem não a cumprir. Também conhecido como salafismo, ele é muito difundido pelo governo da Arábia Saudita, a qual tem estreitas relações com grupos jihadistas com essa inclinação. O ISIS se enquadra nesse segmento religioso, pois seus princípios se baseiam no salafismo.

2.2 Sykes-Picot e a elite iraquiana

O Acordo Sykes-Picot é fundamental para compreender o Oriente Médio moderno. Representa o quadro de seu passado colonial e mostra o potencial para fraturas nacionais intrínseco ao presente e ao futuro da região (HUGHES, 2016, p. 4, tradução própria).

O Oriente Médio, como conhecemos hoje, tem o seu início com a queda do Império Otomano, no início do século XX, em paralelo com o término da Primeira Guerra Mundial. Os vencedores do conflito, em especial Inglaterra e França, apesar de já possuírem grande influência na região – com seu interesse surgindo no final do século XVIII e início do século XIX, com a

justificativa “civilizacional” (MEIHY, 2009) – acabaram por perpetrar seu colonialismo ao final da Primeira Guerra, com a vitória sobre o Império Otomano (BANDEIRA, 2013).

O desmantelamento do Império Turco Otomano se deu no contexto da Primeira Guerra Mundial, quando este decide apoiar a Alemanha contra a Tríplice Aliança, já com o objetivo de desafiar os colonizadores britânicos - de encontro a um sentimento anticolonialista surgido em finais do século XIX (ESTULIN, 2015) – que falharam em conquistar o Iraque, os estreitos turcos e a Palestina, e por isso se aliaram a povos que nunca antes tinham tido contato (VISENTINI, 2014).

Na segunda metade do século XIX, com a decadente Turquia se transformando no “Homem doente da Europa”, a cobiça das ascendentes potências europeias em industrialização voltou-se para essa região de notável importância geopolítica. Os franceses se apresentaram como “protetores” das minorias cristãs, e os ingleses, das minorias judaicas, acirrando as tensões locais e produzindo situações em que as minorias étnico-religiosas tornavam-se protagonistas da política internacional (VISENTINI, 2012 p. 17).

No mesmo ano, as respostas de Rússia, França e Inglaterra vieram, com uma forte repressão aos movimentos nacionalista que se formavam. Na Síria, vários rebeldes foram executados, segundo Gonçalves (2009). “A guerra exauriu todos os recursos do sultanato e deixou-o nitidamente à mercê das grandes potências que, entre 1915 e 1917, negociaram a futura partilha do seu território. França e Inglaterra pretendiam se apropriar do mundo árabe” (GONÇALVES, 2009, p 220).

A partilha tomou forma em 1916, nos acordos de Sykes-Picot, que dividiam o território do Crescente Fértil em zonas de influência inglesa e francesa. A primeira ficaria com o território que abarcaria Palestina, Transjordânia e Iraque, e Paris ficaria com Líbano e Síria (VISENTINI, 2014). Ao mesmo tempo, fechavam acordos com o Xerife Hussein de Meca, para conseguir apoio na guerra contra o Império Turco Otomano, oferecendo-lhe a independência das províncias árabes sob a bandeira de um grande Estado árabe (HUGHES, 2016).

Dessa forma, o acordo de Sykes-Picot iniciou um processo que duraria alguns anos até ter seu resultado final. Apesar de o Tratado de San Remo, de 1920, não retratar em praticamente nada o acordo de 1916, foi dele que derivou tal tratado (GAUB & PAWLAK, 2013). As regiões de influência determinadas pelo acordo anglo-francês, então, acabaram tomando sua real forma, somente em 1920 (GHAREEB, 2004). Nesse meio tempo, as potências europeias já estavam assentadas no território do Oriente Médio, visto que seu processo

colonizador já havia começado no século XIX e já tinham contato com as elites locais para garantir sua influência na região (TRIPP, 2007).

O povo árabe, como dito anteriormente, já havia criado um sentimento anti-britânico contra seus colonizadores, advindo da modernização econômica, que trouxe consigo ideais europeus nacionalistas, dando base para o movimento se fortalecer na região e gerar a vontade pela independência (DEMANT, 2013). Além desses ideais, a introdução capitalista também trouxe o empobrecimento da população local, visto que a concorrência era desleal; outro fator que intensificou o sentimento anticolonial e nacionalista árabe (NAPOLEONI, 2015).

Sabendo disso, os ingleses recorreram para as elites árabes mais tradicionais e conservadoras da região, em troca de benefícios e manutenção do *status quo*. Assim, lograram apoio para lutar contra o Império Turco Otomano (VISENTINI, 2012). Nessa linha, o acordo do alto comissariado britânico com o Xerife Hussein de Meca, em 1915, ajudou na queda do Império Otomano, em 1918. Com a sua derrota, ao final da Primeira Guerra Mundial, as províncias almejavam então, constituir Estados independentes. As três províncias que formavam o território do Iraque, apoiaram a revolta justamente, com a promessa da constituição de um Estado Árabe, em troca do apoio inglês. (TRIPP, 2007)

Advindo dessa nova estrutura, a história Iraquiana começa nesse momento, não somente como Estado institucional, mas também na busca de legitimidade através dos novos regimes que vinham com essa nova estrutura. As elites e tribos locais tiveram que se adaptar as exigências inglesas para que pudessem manter a forma como estavam dispostas (TRIPP, 2007). Acordos com as elites foram a base para a instalação do Mandato inglês, no início dos anos 20 (SIMONS, 1994).

Apesar dos mandatos determinados pela Liga das Nações terem como premissa, em teoria, o nacionalismo e a autodeterminação dos povos; na prática, França e Inglaterra viram a possibilidade de exercer seu poder de maneira institucionalizada na região. Para isso, as autoridades inglesas viram duas possibilidades: primeira, alinhar esforços com os *sharifians* e elites locais ex-otomanas, os quais tinham predominância política e religiosa na região e para quem a instituição do novo estado iraquiano era a garantia da continuidade de seu poder e status. (HOBSBAWM, 1994; COLLINS, 2016; MATTHEWS, 1993; KHOURY, 1983)

Segunda, os notáveis de uma sociedade que cada vez mais se definia pela propriedade privada e de quem o valor estava intimamente ligado aos meios que o Estado provinha para que

eles mantivessem a ordem social – tanto no Iraque quanto na Síria. Para as outras porções da sociedade, tais como líderes curdos, *mujtahids* xiitas, até mesmo os assírios, não havia tolerância inglesa, a qual não via vantagem em acordar com elas, visto que não as deixaria interromper o curso que tinha em mente para a região, o qual seria baseado na coerção e na estratificação por propriedade privada (TRIPP, 2007; MATTHEWS, 1993; KHOURY, 1983; COLLINS, 2016).

Apesar dessa distinção e exclusão social, a composição da população no território iraquiano se dava da seguinte maneira: mais da metade por xiitas, um quinto por curdos, e pouco menos de oito por cento de outras minorias (KAMEL, 2014). Dessa forma, a elite inglesa se dirigiu às parcelas da população cujo poder estava concentrado, por assim dizer a parcela sunita que era aproximadamente um quinto da população, mas que representava praticamente todo governo ministerial. Levando em consideração também que eram minoria econômica, pois como estavam no poder, suas propriedades eram maiores e suas tendências eram autoritárias. Esse fator só mostra a não intenção inglesa de promover a integração e a autodeterminação dos povos, como fora o prometido para o Mandato, elegido pela Liga das Nações em 1918 (TRIPP, 2007).

Apesar do contato que a Inglaterra pretendia com essa elites, elas já se articulavam defensivamente, pois experiências prévias com os ingleses os deixaram cautelosos e sabendo que teriam que lutar pela independência (TRIPP, 2007). O que levou a formação, em 1918, da *al-‘Ahd al-‘Iraqi*, unidade com objetivo maior da independência das três províncias Otomanas e fundação de um estado Árabe nacional sob a liderança do *sharif* Husain. Sua composição era de algumas facções iraquianas de veteranos da sociedade secreta *al-‘Ahd*, fundada em 1913, (TAUBER, 1994; ERLICH, 2014) porém a posição não era unanime e a divisão de opiniões quanto a ajuda inglesa existia.

Apesar de na decisão da Liga das Nações, o Mandato inglês ser de caráter auxiliar durante a Guerra, a Inglaterra teve um comando bastante direto, tratando as províncias como protetorado inglês (GHAREEB, 2004). Uma oposição a essa intromissão direta da Inglaterra logo se formou. As elites começaram a trabalhar juntas em um objetivo maior, que era a independência iraquiana. Tanto a elite Xiita, quanto a elite Sunita tinham seus próprios movimentos de libertação que se incorporaram um ao outro para uma maior efetividade na busca pela autonomia do país árabe. Mesmo entre essas elites, havia forças destoantes que não acreditavam em uma busca pela independência. Estas então buscaram se adaptar a nova ordem e garantir suas vantagens com a parcela inglesa do governo. (TRIPP, 2007).

A revolta contra o governo britânico tomou proporções civis, e a repressão por parte inglesa não tardou a chegar. Em meados de 1920, protestos na rua já não eram possíveis. Alguns acontecimentos levaram líderes xiitas a apoiar mais fortemente a revolta, o que acabou levando a prisões, o que, por sua vez, inflamou ainda mais os ânimos da população revoltada com a repressão do governo inglês (HALL, 2013).

A demonstração do poder da população que as revoltas demonstraram deixaram essa camada da sociedade preocupada com os rumos que a política e a economia poderiam tomar. As revoltas eram uma amostra do poder que cada chefe tribal tinha sobre sua população, e de como eles viam que o governo britânico poderia prejudicá-los. Prova disso, foi que onde os chefes tribais se recusaram a apoiar as revoltas – como em Kut e Amara –, e inclusive trabalharam contra elas, não houve focos de revolta (TRIPP, 2007).

2.3 A elite síria, o Governo de notáveis e o regime Ba'as na Síria

Apesar de as classes já existirem desde muito tempo, no caso da Síria, bem como do Iraque, é somente a partir do século XIX que a sua definição começa a tomar forma, com a intensificação da noção de propriedade privada e com a relação com os meios de produção. A partir desse período, começa a ser mais palpável a delimitação de uma classe proprietária de terras que exercia sua influência nas comunidades locais e que tinham contato com os setores políticos da capital imperial, que era Istambul (KHOURY, 1983; ERLICH, 2014).

Essa classe dominante, chamada de “notáveis”, não tem um início nem uma classe social definidos, sua distribuição pela sociedade era reconhecida como unitária, porém não era homogênea. Mesmo entre essas classes que a compõem, havia divergências quanto a política e crenças. Contudo, nota-se uma ascensão, por meados do século XIX, da classe proprietária de terras, que já tinha uma forte influência local, mas que, com a ajuda do Estado, passa a ter um papel mais definido na política local. Outro fator importante seria a função que viria a ter, até a Primeira Guerra Mundial, na luta árabe nacionalista. Seu papel político foi o gerador desse sentimento nas populações locais (KHOURY, 1983; MCHUGO, 2015).

Apesar de sua posição não ser formal nem institucionalizada dentro do Estado Otomano, eles tinham uma identificação com essas populações locais, pois elas se sentiam representadas, visto que tanto o povo, quanto as elites notáveis eram de origem sunita. Dessa

forma, forneciam ao império Otomano as elites políticas e religiosas para sustentar a máquina governamental. Seriam o alicerce que mantinha a sociedade funcionando uniformemente (ERLICH, 2014). Era seu dever manter a ordem social e política em nome do Estado Otomano. Porém, algumas vezes, por vias de assegurar sua posição política e/ou religiosa estes tentavam burlar e até derrubar ordens de Istambul.

A estrutura política de Damasco foi modificada após a crise de 1860. Antes dela, falar da elite política era falar da elite religiosa. Mas isso começou a mudar já no início do século XIX. Com essa nova constituição, o governo instaurou uma nova política para as minorias, e isso incluía igualdade religiosa e jurídica. O governo passou a recorrer às elites secularistas, que então, após essa época passaram cada vez mais a aumentar sua participação política em Damasco e a integrar sua linha de pensamento a educação dos jovens, visando futuramente tornar o Estado uma máquina política secularizada por inteiro (MCHUGO, 2015)

Outra elite política recém-formada ascendeu no início do século XX, em Damasco, derivada de uma classe alta proprietária de terras coesa que de alguma forma havia se engajado com as elites de Istambul. Essa nova classe tinha como diferencial a maneira como se deu a sua apropriação de terras, que foi estimulada pelo estado – o Código de Terras, visava concentrar, de maneira legalizada, as propriedades rurais nas mãos de algumas poucas famílias ricas de Damasco. Também, as novas formas comerciais e econômicas da estrutura urbana, e a propagação da cultura do lucro, ajudaram a estimular a aquisição de terras. Uma vez logrados bons frutos econômicos, as portas dos círculos políticos locais e em Istambul, abriam-se (KHOURY, 1983).

Faisal I ficou a frente da Síria, muito embora sua ascensão ao trono não tenha durado muito, pois seu reino foi derrotado pela França e colonizado por ela. Em 1920, com o acordo de San Remo, as intenções francesas ficaram claras e movimentos de revolta, sob o apoio de Faisal, eclodiram. A resposta francesa veio logo para reprimir tais movimentos (LAURENS, 2003).

O reinado de Faisal também não tinha muita legitimidade frente aos notáveis da região, pois não sabiam se podiam confiar que este novo rei fosse lutar para restaurar a ordem social aristocrática – mais do que não confiavam em sua posição para a independência, já que esta não era a prioridade. Sentindo-se ameaçados por essa nova ordem política, os notáveis de Damasco recorreram aos representantes franceses na região para derrubar o rei (KHOURY, 1983).

Dessa forma, de 1919 até 1946, a França colonizou a Síria de forma direta e agressiva. Porém o mandato francês começou a se enfraquecer no início da década de 1940, quando da derrota para a Alemanha, na Segunda Guerra Mundial. O General Catroux, representante da “França Livre”, movimento liderado por De Gaulle, assinou a proclamação, que concedeu, naquele ano, a independência da Síria “... em conjunto com as vozes dos filhos que estão lutando por suas vidas, e pela esperança de um mundo livre, a França declara a sua independência” (FREE FRENCH PROCLAMATION, 1940). Porém o movimento de independência sírio foi além do que de Gaulle imaginava, e os nacionalistas começaram a pressionar para a completa independência do país. O governo francês tentou achar uma saída em que ele continuasse com alguma influência direta dentro do Estado, mas as pressões inglesas e internas nacionalistas sírias acabaram por levar adiante as eleições de 1943, retornando o Bloco Nacional para o poder, sob a presidência de Shukri al-Quwwatli – um dos proprietários de terra descendentes da antiga elite notável (ERLICH, 2014). Apesar da resistência francesa, em 1945, Damasco se tornou o centro da resistência anticolonial e, em 1946, já não havia mais volta e a independência da Síria pelo rendimento das tropas francesas. (MCHUGO, 2015)

As eleições de 1943, apesar de terem intuito nacionalista, trouxeram de volta a antiga elite reinante no início do século XX. As famílias de notáveis estavam mais uma vez no topo das decisões. De todos os parlamentares eleitos, somente um deles não pertencia a uma antiga família notável, ou a alguma outra elite: Akram Hourani – que depois terá um papel fundamental na tomada de poder do partido Ba’as, na década de 60.

A “nova” elite governante foi eleita justamente por seus resquícios de influência e poder de proteção que poderia oferecer para a população local. Apesar disso, o bloco era dividido entre grupos - que gostavam ou não do presidente -, como as antigas elites eram: por região. Na região de Damasco, surgiu o Partido Nacional; seus rivais, provenientes de Aleppo, formaram a oposição, com o Partido do Povo. Como antigamente também, o que estava por vir era um governo instável, com disputas de poder que durariam até 1970, quando tomaria o poder a família al-Assad, em conjunto com o Partido Ba’as (ERLICH, 2014; MCHUGO, 2015).

O nacionalismo contemporâneo, porém, fazia oposição ao nacionalismo dos notáveis de três ou quatro décadas atrás. A juventude síria estava muito mais consciente do seu papel como elite pensante do seu país. Nesse contexto, algumas correntes nacionalistas surgiram, porém as que fariam mais sucesso seriam o Baathismo e o Islamismo (DEMANT, 2013). O

islamismo já estava presente no dia a dia do mundo islâmico, sua principal forma se dava através do grupo egípcio Irmandade Muçulmana (VISENTINI, 2014). Já o Baathismo surgiu por volta da década de 40, com Michel Aflaq e tinha como principais objetivos “unidade, liberdade e socialismo”. Ele viria a ser a principal corrente defendida no país e subiria ao poder com um golpe de Estado em 1963 (NAPOLEONI, 2015).

Apesar de ter apoio no parlamento, por parte dessa elite de notáveis, o presidente Shukri al-Quwatli temia o poder que o exército poderia obter, e com razão. Dentro de pouco tempo, a democracia que havia se instaurado no processo de independência, se transformaria em um governo militar, com inúmeros golpes de Estados e o exército subindo ao poder de forma nunca antes vista na Síria (MCHUGO, 2015).

O primeiro golpe foi contra o próprio Quwatli, em 1949 - apoiado pelos EUA - levando ao poder o comandante do exército, o Coronel Husni Zaim. Quase cinco meses depois, outro golpe militar foi efetuado, no qual o líder desejava instaurar uma assembleia constituinte ao final do ano; porém uma semana depois, o último golpe foi dado e o Coronel Adib Shishakli subiu ao poder. Ele governaria até 1954, num regime que seria de fato um regime ditatorial extremamente repressivo (ERLICH, 2014).

Shishakli reestruturou o exército de maneira a torná-lo quase cinco vezes maior do que o último presidente eleito havia composto. Estando em um contexto de ditadura, essa estrutura militar não servia somente para proteção contra investidas externa, também era destinada ao controle interno da população, proibindo dessa forma, protestos contra o governo. Surge então uma oposição Baathista. Com a união dos líderes do Partido Baath e Akram Hourani, foi fundado o Partido Árabe Socialista Baath. O partido tinha cunho secular, com o intuito de fazer a política sem ligação religiosa, como contrapartida ao que a elite proprietária fazia. Inicialmente, era formado em um regime republicano reformista e entrava em conflito com as monarquias árabes e as potências externas que impediam a modernização da Síria (VISENTINI, 2014).

Em 1954, Adib Shishakli foi deposto e no mesmo ano o parlamento foi reorganizado (MCHUGO, 2015). A partir daí, até 1958, vê-se uma grande atuação da ideologia Ba'as no cenário político sírio em parceria com o partido Comunista, no intuito de enfraquecer os partidos conservadores. Um desalinhamento entre os partidos, porém, fez com que o Partido Ba'as aprovasse o projeto de lei de união com o Egito, formando a RAU (MCHUGO, 2015). “O Baath

foi importante tanto no movimento que levou à formação da República Árabe Unida em 1958, quanto em sua divisão em 1961” (HOURANI, 2001 p. 285). As diferenças entre os dois momentos são que em 1954, o partido não acha espaço para se posicionar na política síria, e em 1961, com a ajuda da corrente esquerdista Baathista, tira a Síria da União, e pôde impulsionar o programa do partido, baseado no desenvolvimento econômico e social e na modernização (VISENTINI, 2014).

Segundo McHugo (2015), apesar de o fim da República Árabe Unida ter levado a antiga forma parlamentarista de governo na Síria, e de os notáveis que governavam o país tentarem retomar essa antiga ordem, o golpe militar de 1963 foi a “sentença de morte” do *ancient régime*² governado pelas tradicionais famílias notáveis sunitas, demonstrando que apesar de o Partido Ba’as ter abdicado de sua importância política durante a RAU, essa premissa já não era mais real e eles estavam prontos para lutar pelo governo.

Como dito anteriormente, a ideologia Ba’as surge na década de 40, derivando dos movimentos nacionalistas inflamados logo após a Primeira Guerra Mundial, com os tratados de Sykes-Picot e a Declaração Balfour, em conjunto com as correntes secularistas que ganhavam força na região. Baath significa, em árabe, renascimento ou ressurreição (AFLAQ, 1945) e lutava contra as forças colonizadoras na região, não somente quando eram força atuante direta, mas também indiretamente, através das “burguesias compradas” (ERLICH, 2014). “Como ideologia pan-árabe, tinha núcleo em todos os países – embora com expressão apenas no Iraque, na Síria e no Líbano – passou a competir com o naasserismo” (VISENTINI, 2014, p.22). O que também seria um dos motivos pelo qual o Egito, quando se uniu a Síria, exigiu a extinção da ideologia Baathista (MCHUGO, 2015). “Em 1966, o partido na Síria e no Iraque foram divididos em organizações rivais, principalmente por razões ideológicas – primeiro, no Iraque, o Baath foi unipartidarista e com uma postura mais centrista, já, na Síria, o Baath faz parte de uma grande frente e aliado fiel da URSS” (MOHAMMED, 2016, p.27).

² Regime feudal francês a qual John McHugo faz analogia para citar o governo de notáveis que se instalou no território sírio no século XIX e início do século XX. Bobbio (1998) o define *Ancien Régime* como “um regime feudal, do qual se conservava, pelo menos, o respeito da propriedade e da monarquia; um regime eclesiástico ou ligado à Igreja, do qual se conservava o respeito à religião; um regime de venalidade e hereditariedade nos cargos, do qual não se conservava nada; um regime de desigualdade de nascimento e de privilégios, do qual também não se conservava nada.”

Com o passar do tempo, o Ba'as justificaria os fins pelos meios, e trabalharia com coerção e violência para atingir os seus objetivos. O nacionalismo árabe defendido foi se transformando propriamente em um nacionalismo sírio, defendendo os interesses particulares da Síria, com base na centralidade de Damasco para a nação árabe. Exemplo disso foi em 1980, quando Saddam Hussein invadiu o Irã, o apoio sírio foi em prol deste último, contrariando a aliança árabe e a ideologia Baathista pan-arabista. Ideologicamente, Irã e Síria seriam oponentes, porém, o atual governo iraniano havia deposto o governo que apoiava o maior inimigo da Síria, Israel. Também, Assad tinha muitas conexões com grandes figuras dentro do governo do Irã e por último, eles tinham um aliado em comum, o Líbano; o que fazia deles uma aliança mais forte. Por outro lado, o governante sírio considerou o ataque iraquiano como uma quebra ao nacionalismo árabe, porque significava que em uma ofensiva contra Israel, o Iraque não apoiaria a Síria (MCHUGO, 2015; MOHAMMED, 2016).

Apesar de o partido ter tomado o poder através de um golpe militar, o governo que subiu ao poder em 1963 não era baseado somente no exército, mas era híbrido em uma mistura entre exército e partidos – pois apesar de a elite governante passar a ser alawita, o governo era formado por uma coalizão entre partidos não só dessa corrente. Também, disputas internas dentro do partido levaram a outro golpe em 1966 e outro em 1970, que traria ao poder então Hafez al-Assad (ERLICH, 2014; HINNEBUSCH, 2001).

A despeito dos militares governarem sob a retórica do Ba'as, as ideologias iniciais haviam se perdido com a distorção do passar dos anos e do poder (ERLICH, 2014). O novo governo se caracterizaria por um estilo muito comum na região daquela época. O “populismo autoritário” seria uma usual principalmente em Estados recém descolonizados e governados por elites modernizantes e nacionalistas. Esses Estados eram ameaçados externamente, o que lhes conferia a necessidade de proteção militar, e ao mesmo tempo, estavam em situação instável internamente. Dessa forma acabavam utilizando da força conferida pelo exército para também controlar e manter a ordem interna, agindo de maneira autoritária, de um lado, e de outro trabalhando para melhorar as condições internas do país (HINNEBUSCH, 2001).

O golpe militar de 1963 tinha a intenção de ser não somente uma tomada de poder, mas um movimento revolucionário no país. A proposta do partido de “revolução de cima para baixo” para alcançar seus objetivos, teve resultados palpáveis para a população. A população assalariada aumentou de 32,9% em 1960 para 37,8% em 1975; o proletariado agrícola foi em

grande parte transformado em um campesinato, com a reforma agrária. As medidas tomadas pelo governo conseguiram diminuir a concentração de renda e impedir sua reestruturação. O sistema educacional também teve grandes mudanças, principalmente no nível universitário, onde o acesso a educação superior foi amplamente alargado a partir de 1963 (HINNEBUSCH, 2001).

Quando Assad sobe o poder, com o último dos golpes militares, ascende uma corrente mais flexível, pois como político o líder era mais cauteloso com as consequências de seus atos e mais maleável a situação que pudessem ocorrer. Seu objetivo último na política externa era recuperar o território perdido para Israel em 1967, na Guerra dos Seis Dias e como política interna, se assentava com a visão Baathista. Assad fez o que era preciso para aumentar o seu efetivo militar e garantir que o poder sírio fosse assegurado, e sua principal justificativa era justamente a recuperação do território das Colinas de Golã. Apesar de o governo Baathista anterior ser mais radical que o governo de Assad, deixou como legado um Estado muito mais autônomo e com capacidade de rearranjo organizacional que trouxe, por consequência, uma desconfiança do capital privado e das soluções da burguesia empresarial (ERLICH, 2014; HINNEBUSCH, 2001; MCHUGO, 2015).

No cenário da Guerra Fria, Assad soube jogar dos dois lados. Continuou sua aliança com a União Soviética, a qual tinha sido alinhada ainda na década de 50, porém quando a URSS caiu, na década de 90, Assad rapidamente alinhou-se aos Estados Unidos (MCHUGO, 2015). Sua política externa também abarcava uma visão um pouco mais flexível com relação aos Palestinos do que seus vizinhos (HINNEBUSCH, 2001)

Internamente, uma forte oposição Islamista se formou, principalmente com o apoio da Irmandade Muçulmana, proveniente do período da união entre Egito e Síria. Hafez teve que fazer algumas concessões a esse respeito, porém, como alawita, sua visão era de que o Estado deveria ser secular e que as minorias deveriam ser representadas (LEFÈVRE, 2013). Em geral, o governante consultava o povo – até certo ponto - para assegurar apoio político da população, e a repressão de seu governo era variada, dependia do quão ameaçado o regime se sentia. Um forte ponto de repressão eram as manifestações islamistas, por seu caráter violento, principalmente depois de 1980 (MCHUGO, 2015).

Segundo McHugo (2015), porém, o fato de o governo ser repressivo não deveria eclipsar as mudanças que o seu mandato gerou na vida da população síria. O governo de Assad

terminou o projeto Baathista, que havia começado em 1963, mas se perdeu no meio do governo anterior por motivos ideológicos.

2.4 Monarquia Hashemita e o Regime Ba'as no Iraque

No cenário de domínio Turco Otomano sobre as nações do Oriente Médio, os britânicos acharam conveniente incentivar o sentimento nacionalistas na população árabe, porém como intuito de estimulá-la somente até o ponto em que não instigasse a verdadeira luta pela independência da região. A ascensão de Faisal ao trono, no início da década de 20 com o apoio britânico, foi justamente com a intenção de manter o Estado, recém libertado do Império Otomano, sob sua influência. O rei não era da região e nunca havia ido para lá antes, demonstrando justamente que a intensão não era uma conexão com a população local, mas um comandante (KAMEL, 2014). Porém, Faisal já havia governado a Síria e possuía um sentimento árabe nacionalista, o qual, muitos dizem, que nunca deixou de existir, apenas o rei estava mais cauteloso quanto a suas ações com oponentes mais fortes. Seu governo durou de 1921, até 1933, e foi sob seu comando que o Iraque lutou pela independência britânica sob a bandeira nacionalista (SIMONS, 1994).

Sinais de que a luta constante pela independência viria nos anos seguintes já se mostravam no início do mandato do novo rei. Em 1922, Faisal assinou um acordo³ com a Coroa Britânica para concretizar a relação “entre Estados soberanos” com o Iraque – muito embora esse acordo tenha sido uma maneira encontrada pela Inglaterra de estender seu mandato sobre o Iraque (TRIPP, 2007).

A luta contínua pela independência levou ao tratado Anglo-Iraquiano, de 1930⁴, que passaria a valer a partir do momento que o Iraque passasse a ser membro da Liga das Nações, o que aconteceu em 1932. “Os árabes e outras nações subjugadas estavam se tornando cada vez mais inquietos: a autoridade dos regimes colonialistas tradicionais tinha evaporado para sempre e

³ O tratado de 1922 estabeleceu o tipo de relação entre Grã-Bretanha e a elite governante do Iraque como uma Aliança. Na verdade, porém, o tratado somente reproduziu a maioria das premissas do antigo mandato britânico na região (GHAREEB, 2004, p. 14, tradução própria).

⁴ Tratado Anglo-Iraquiano assinado neste ano que retoma a aliança entre Iraque e Inglaterra, porém considera o primeiro como Estado independente. Muito embora tenha sido muito criticado, por ter mantido alguns privilégios ingleses, foi o tratado que declarou a independência oficial do Iraque, em 1932 (GHAREEB, 2004).

não havia novas possibilidades de emancipação nacional (SIMONS, 1994, p. 203)”. O tempo de duração da monarquia Hashemita iraquiana foi de 1932 até 1958 e cada vez mais ela foi se tornando violenta e repressiva. Após a morte de Faisal I, o seu filho Ghazi assume o poder. Apesar do rei seguir na linha anti-britânica de seu pai e de ser popular entre a o povo, ele não tinha experiência como regente e suas pretensões de reinar não eram grandes, deixando o governo para o parlamento. Seu reinado durou até sua morte, em 1939, quando assume um governo regente, visto que seu filho ainda era uma criança (GHAREEB, 2004).

Começa então uma nova fase de alinhamento com a Grã-Bretanha e de um afastamento da ideologia pan-arabista. Em 1941, um novo golpe militar é articulado e o governo britânico mais uma vez fica a frente do poder iraquiano. Com o fortalecimento das relações iraquianas com a Inglaterra no alto governo, o sentimento nacionalista começou a aflorar dentro das novas camadas militares dentro do exército. A revolução que acabaria com a monarquia, em 1958, começaria não pelas ruas ou pelas classes mais baixas, mas sim de dentro das camadas mais jovens do exército que haviam crescido com o ideal nacionalista e não se conformavam com um governo britânico (TRIPP, 2007).

O golpe de Estado no Egito, liderado pelo grupo denominado “Oficiais Livres” serviu de inspiração para esses oficiais no Iraque (SIMONS, 1994). No intuito de agregar apoio dentro do comando do exército, o comitê aproximou-se do Brigadeiro Abd al-Karim Qasim. Anteriormente ao golpe, em 1958, o grupo havia chegado ao acordo que o modelo de governo que se seguiria seria uma república e que a elite tradicionalista deveria ser julgada por traição (TRIPP, 2007). A população, já com um sentimento nacionalista acumulado desde o início da monarquia – que fora relutantemente obrigada a aceitar - também foi às ruas, apoiando o fim do governo associado à Grã-Bretanha e o início do regime republicano (SIMONS, 1994). A república durou até 1968, quando Saddam Hussein sobe ao poder por meio de um golpe de Estado. Já em 1963, o líder do movimento de 58 é derrubado, dando início ao governo Ba’as no Iraque (VISENTINI, 2014).

Oficialmente, o Partido Ba’as foi fundado na Síria, como visto anteriormente, porém o partido iraquiano foi fundado em 1951 e por meados da década, já havia atingido um número considerável de iraquianos e uma certa rivalidade entre o partido do Iraque e da Síria começou a formar-se (TRIPP, 2007). Segundo Matthews (1993), as diferenças entres estas duas correntes do ba’as são enormes e somente intensificam as rivalidades dos dois partidos. A ideologia seguida

era a mesma, o que em geral, causa mais desavença do que união, pois cada um defende a sua maneira de interpretação como a correta. Como ideologia secular, os líderes podem ser de diferentes religiões – como de fato ocorria. No Iraque, Saddam Hussein, de origem sunita, representava somente metade da população; na Síria, Assad, de origem alawita, representa a minoria dentre a população árabe sunita. E finalmente, no contexto pós-Guerra Fria, a Síria teve incentivos políticos para se virar contra o Iraque – mesmo que isso significasse se aliar a seu antigo inimigo, os Estados Unidos (MATTHEWS, 1993).

“O golpe que tinha trazido o Partido Ba’as ao poder tinha sido apelidado de fascista, e não pode haver dúvida de que ele foi apoiado por muitos dos oponentes da – supostamente - revolução de esquerda, de 1958” (SIMONS, 1994, p, 226, tradução própria). As várias facções do partido estavam presentes tanto em 58 quanto em 63, porém a que tomou o poder em 63 foi a ala mais radical do ba’as, em conjunto com o exército. A aliança não durou muito, pois em nove meses já havia se desintegrado (SIMONS, 1994).

Já o regime de Saddam Hussein, que subiu ao poder em 79, aprendeu com os erros do governo anterior. Soube que para se estabilizar politicamente, deveria ter o apoio do exército, e esse objetivo tornou-se o ponto central de seu governo. Logrou estabelecer esta conexão por meio de incentivos – como propina e facilidades dentro da corporação - e de coerção. E não só dentro do exército, mas também dentro do partido, acabou por formar uma estrutura que servia ao partido mais do que ao próprio Estado (MATTHEWS, 1993). “É neste contexto então, que a partir da segunda sucessão Ba'as, em 1968, o Iraque passa por um sem precedentes período de ‘estabilidade’ em contraste com a incoerência política quase contínua desde a sua formação em 1932” (MATTHEWS, 1993 p. 37).

O Iraque sob o comando do Ba’as tornou-se um governo intolerante, tanto com sua população, que vivia sob uma ditadura sem espaço para questionamento, quanto na política externa, onde não havia espaço para diálogo com Estados que não estavam alinhados com a sua política. Isso mais tarde viria a se tornar objeto de pressão internacional, muito embora essa fosse a política que viria a permanecer ao longo do regime de Hussein (SIMONS, 1994). A concentração de poder sob a égide de uma só elite transformou a linha do partido, de eliminação das diferenças entre as etnias e crenças, em mera ideologia. A ideia, porém, da rejeição do modelo capitalista seguiu nos princípios do governo, que achou por bem, buscar apoio na URSS como aliada socialista (MATTHEWS, 1993).

Dessa forma, os períodos de estabilidade tanto na Síria quanto no Iraque – ambos com a ascensão do Ba'as – demonstram a linha política pela qual o partido trabalha. Embora as correntes destes dois países sejam muito diferentes, esse poderia ser um ponto semelhante entre eles. A estratégia adquirida seria a de aquisição do poder, por meio de conexões importantes nos setores civil e militar da sociedade e depois a manutenção desse poder por meios repressivos e fazendo uso da violência e se distanciando dos ideais propostos inicialmente.

3 FATORES EXTERNOS: INTERFERÊNCIAS OCIDENTAIS

Revisados os fatores internos da região, nota-se que a presença ocidental marca desde muito cedo o destino do Oriente Médio. Por assim dizer, o próprio conceito Oriente Médio, é utilizado a partir de uma denominação ocidental da região e começou a ser utilizado no início do século XX.

Neste capítulo, vamos revisar os eventos da última década do século XX e início do século XXI que acabaram por influenciar em grande escala a situação atual do Iraque e da Síria. Apesar dos acontecimentos anteriores serem dimensionados como fatores internos, de certa forma, eles foram intensificados pela presença de atores externos na região. Assim, uma maneira mais verídica de tratá-los, seria dizer que eles são fatores externos – pois foram protagonizados por Estados que sobrepujaram suas vontades sobre as vontades dos atores regionais - que foram internalizados ao longo do último século, e que as variáveis que serão estudadas neste capítulo são os fatores externos contemporâneos que determinaram de maneira mais direta a situação atual do Oriente Médio, como um todo.

Primeiramente, será tratado o final da Guerra Fria e como a mudança de cenário mundial acabou alterando a balança de poder na região bem como as políticas externas dos Estados e suas economias. A liderança dos EUA como Nova Ordem Mundial teve impacto nas atitudes de alguns atores internos dentro do Oriente Médio, visto que a presença da antiga União Soviética tinha bastante importância entre aqueles Estados. Outro evento que marcou bastante a balança de poder na região foi a Segunda Guerra do Golfo e suas consequências para a interação entre os países árabes e principalmente para o povo iraquiano.

O segundo tópico trata do papel dos Estados Unidos na sua investida contra a região sob o contexto da luta contra o terror, dentro da sua política da “Guerra ao Terror”, iniciada pelo presidente George W. Bush, logo após os atentados do 11 de setembro. O desfecho dessa política, que resultaria na invasão do Afeganistão e alguns anos depois na invasão do Iraque teriam grandes consequências para a região e para o surgimento de grupos terroristas que se aproveitariam da situação de caos deixada pelos atores internacionais, que em conjunto com os EUA, atuaram para combater o “Eixo do Mal”⁵.

⁵ Denominação dada pelos EUA aos países que supostamente apoiam grupos extremistas não cooperando com eles para o fim do terrorismo e que representam uma ameaça aos EUA, pois segundo eles, desenvolvem armas de

A terceira e última parte do capítulo trata da situação da Síria, que em um contexto parecido de intervenção externa, acabou em um estado de calamidade civil nunca antes visto no país. Apesar de o governo de Bashar al-Assad não ter caído, os grupos rebeldes, apoiados por Estados vizinhos e pelos inimigos extra-regionais do governo – EUA, França, Inglaterra – trouxeram a população para uma guerra civil, que mascarada com a fachada de Primavera Árabe, em 2011, mergulhou o país numa onda de violência e destruição que dura até hoje.

Não se pode negar que por mais que a intervenção externa tenha um grande peso na situação em que a região se encontra – aqui focado na Síria e no Iraque -, as alianças que estes Estados têm com atores intrarregionais pesa bastante para que suas medidas sejam bem-sucedidas lá dentro. Dessa forma, dentro da última parte trata-se de analisar a função de Estados como Irã, Turquia e Arábia Saudita para o desfecho do Estado Islâmico dentro do Iraque e da Síria.

3.1 Fim da Guerra Fria para a diplomacia médio-oriental e a Guerra de 1991 e suas consequências para o Iraque

Segundo Visentini (2014), antes do fim anunciado da Guerra Fria no resto do mundo, no Oriente Médio essa realidade já havia começado a se formar. No final da década de 80, os EUA e a União Soviética já entravam em acordo de paz sobre os aliados na região. Os interesses se voltaram completamente para os interesses ocidentais e a URSS se afastou de aliados, como Iraque e Síria, que se alinharam a governos conservadores que antes faziam oposição ao regime comunista. “O Arco das Crises, deixava de ser um problema sistêmico” (VISENTINI, 2014, p.59), porém, como veremos a seguir, a oposição ao governo norte-americano não cessou na região, o que acabou por trazer consequências sem precedentes para a região, visto que agora a oposição não estava alinhada sob a égide de um sistema. Dessa forma, como aponta Visentini (2014, p. 60), “toda a geopolítica regional foi, de forma brusca, profundamente alterada”.

A invasão do Kuwait pelo Iraque, em agosto de 1990, iniciaria uma era de extremo sofrimento para a população iraquiana. O fim da Guerra Fria, ao contrário do que se poderia pensar, não trouxe o fim das tensões mundiais. No Oriente Médio, a Guerra do Golfo de 1991, seria a representação do que estava por vir com o fim da Guerra Fria (MATTHEWS, 1993).

destruição em massa. Grupo formado primeiramente por Iraque, Irã e Coreia do Norte, e mais tarde, complementado por Líbia, Síria e Cuba (MENDONÇA, 2005).

“Uma década depois da ocupação, nenhum dos principais problemas entre os Estados havia sido resolvido” (HALLIDAY, 2005, tradução própria).

Matthews (1993) afirma ainda que essa guerra não pode ser explicada somente com a interação Iraque-Kuwait, pois seu contexto anterior e momentâneo vai muito além da relação bilateral e temporal.

Na maioria das vezes os tomadores de decisões são confrontados com as consequências das ações tomadas no passado, não só por outras pessoas, mas também por eles próprios. Assim, o passado representa um aspecto da "estrutura" dentro dos quais estes políticos têm de agir. Na medida em que as diferenças culturais e o etnocentrismo são fatores significativos para más interpretações, eles serão importantes para a nossa compreensão da Guerra do Golfo (MATTHEWS, 1993, p. 4, tradução própria).

Neste mesmo sentido, Halliday (2005) reforça que as tensões na relação do Iraque com o Kuwait datam de muito antes dos anos 90. As disputas territoriais remontam à divisão das fronteiras feita pelos ingleses, nos anos 30 do século XX (HALLIDAY, 2005). Essa guerra, porém, levou a muitas mudanças no cenário regional e nas relações internas de todos os países árabes da região e também nas relações domésticas do governo de Saddam Hussein com a população iraquiana (MATTHEWS, 1993).

A invasão aconteceu no contexto pós termino da Guerra Irã-Iraque, da qual o Iraque saiu completamente derrotado, em 1988. Inclusive, este era um dos motivos pelo qual muitos estudiosos duvidavam que Saddam tentasse uma investida contra o Kuwait – muito embora o contexto levasse a acreditar que essa seria uma possibilidade (HALLIDAY, 2005). “A posição do Iraque foi no mínimo ambígua”, afirma Halliday (2005). A situação era delicada entre os dois países e as desavenças políticas e econômicas se intensificaram. O pivô das desavenças econômicas – dentre outros motivos – era a reserva de petróleo que está sobre a fronteira Iraque-Kuwait, chamada Rumaila, a qual o Iraque reivindica como sua; e também o preço pelo qual os países do Golfo passaram a vender o seu petróleo e a prejudicar as vendas do Iraque (TRIPP, 2007).

Não só de motivos econômicos se armou Saddam como pretexto para a invasão. Segundo Matthews (1993), apesar de as reivindicações pelo território kuwaitiano serem somente um pretexto para o início da guerra, poderia-se separar os motivos da Guerra entre culturais, econômicos, estratégico e políticos. Já Halliday (2005) aponta que, durante a guerra, pelo menos quatro motivos foram apresentados pelos próprios iraquianos para a invasão:

[...] estes incluíram a visão de que o Kuwait era uma parte histórica, a décima nova província, do Iraque; que tinha danificado interesse econômico do Iraque com a venda de petróleo acima da sua cota da OPEP e, conseqüentemente, empurrando para baixo o preço do mercado mundial; que o país estava roubando o petróleo iraquiano do campo de Rumaila; e que um "movimento popular" no Kuwait tinha solicitado uma intervenção iraquiana (HALLIDAY, 2005, p. 145, tradução própria).

A situação econômica do Iraque vindo da Guerra contra o Irã, em conjunto com as sucessivas perdas que tanto na economia domésticas – com sua política econômica liberalizante em descompasso com sua forma de governo ditatorial – quanto no mercado internacional com a queda do preço do petróleo; levou o país a invadir o território do Kuwait. Faz então uma tentativa militar de impor seu poder político na região, tanto para o Ba'as quanto para Saddam Hussein. A tomada do Golfo, também seria um fator importante econômica e estrategicamente para o Iraque, pois reforçaria sua posição na região com relação aos vizinhos Irã e Arábia Saudita (MATTHEWS, 1993).

Logo em seguida da invasão, as Nações Unidas condenaram as investidas iraquianas e lançaram embargos econômicos⁶ que beneficiavam principalmente os países parceiros dos EUA na região (VISENTINI, 2014). A venda de petróleo iraquiano que passava pelos oleodutos da Arábia Saudita e da Turquia foi proibida (TRIPP, 2007). “A resolução 678 de 29 de novembro abriria caminho para a intervenção armada da coalizão liderada pelos EUA, ao cabo de um processo de isolamento progressivo do Iraque” (PATRIOTA, 2010, p.37).

A guerra durou menos de um ano, acabando em fevereiro de 1991. A invasão, que durou menos de 24 horas, e que ocorreu no dia 2 de agosto de 1990 levou a família real do Kuwait a fugir para a Arábia Saudita e o Iraque a instalar um governo provisório no país, já o anexando ao Iraque e tomando-lhe como a décima-nona província iraquiana (TRIPP, 2007).

Os EUA enviaram tropas para lutar contra as forças do governo de Saddam Hussein que haviam ocupado o Kuwait em agosto de 1990, em janeiro de 1991 (VISENTINI, 2014). “Essa foi a primeira vez que o governo americano promoveu uma guerra sem alegar a defesa da democracia e dos direitos humanos” (BANDEIRA, 2013). O real motivo seria o controle das reservas de petróleo; com a ocupação do Kuwait, Saddam adquiriria o controle de um quinto das reservas mundiais de petróleo. Em 18 de agosto, Bush assinou um *secret intelligence finding*

⁶ Essa medida é um dos principais fatores que desencadearam revoltas na população, pela precariedade que tomou o país, e que se pode ligar a facilidade que o Estado Islâmico tem de atizar o sentimento antiocidental na população local – mesmo que os dois lados tenham parcela de culpa nos efeitos posteriores à guerra para o povo.

onde ele autorizava as operações pela CIA para a remoção do governo de Saddam Hussein do Iraque. (BANDEIRA, 2013). Porém quando as revoltas curdas e xiitas efetivamente ocorreram, os EUA nada fizeram em seu apoio, e estas foram massacradas pela repressão do governo, que voltou suas forças da questão do Kuwait, para as questões domésticas (TRIPP, 2007).

Alguns estudiosos acreditam que o fim da Guerra Fria poderia inclusive ter influenciado na tomada de decisão de Saddam Hussein, visto que a antiga União Soviética, com mais poder de decisão, talvez não tivesse aprovado a invasão do Kuwait, assim como não deu suporte significativo a Bagdá nessa operação. As operações militares iraquianas cessaram efetivamente pelas ações da coalizão da ONU em 27 de fevereiro de 1991 e Saddam Hussein percebeu que não poderia vencer: dando então prioridade para proteger seu regime (HALLIDAY, 2005). O período de seis meses marcou a região pela gama de notáveis eventos que ocorreram – a maior sequência desde 1945 (MATTHEWS, 1993).

A invasão iraquiana do Kuwait, em agosto de 1990. Não só isso levou a um nível de intervenção externa na região sem precedentes, desde a Segunda Guerra Mundial, mas também dividiu, dali por diante, os estados do mundo árabe de uma forma jamais vista. Pela primeira vez história moderna Estados árabes lutaram lado a lado com os exércitos ocidentais contra outros Estados árabes (HALLIDAY, 2005, p. 143, tradução própria).

Com o fim da Crise do Golfo e a derrota do Iraque, as Nações Unidas e os Estados coligados que lutaram contra – representados sempre pelos Estados Unidos – decidiram que o Iraque deveria ser impedido de cometer ato parecido novamente. Por isso, os embargos e as sanções feitas contra ele seriam mantidas até que ele cumprisse com as exigências que lhe foram apresentadas. De certa forma, essas medidas serviam para manter o Iraque sob cuidados ocidentais. As condições eram ele reconhecer as fronteiras do Kuwait como legítimas; se comprometer a pagar os danos de guerra que havia causado; e deixar uma comissão especial da ONU avaliar e fazer buscas sobre a produção de armas nucleares – Comissão Especial de Desarmamento das Nações Unidas (UNSCOM, sigla em inglês) (TRIPP, 2007).

“Grandes contingentes e bases americanas foram estabelecidas no Golfo, formando uma espécie de ‘intervenção permanente’ na região como pretexto para o combate ao Iraque” (VISENTINI, 2014). Mas para o Iraque, a questão principal era como sobreviver e, principalmente, como sobreviver o regime a tudo isso. A estratégia utilizada foi voltar toda a sua

estrutura montada para o combate no Kuwait, para o combate aos rebeldes internos⁷ curdos e xiitas. Ataques com armas químicas à população provocaram grandes ondas de deserção do Iraque curdo. O que levou a outra resolução do Conselho de Segurança da ONU, em abril de 1991, que exigiu o fim da repressão do governo iraquiano contra a sua própria população e criou a zona chamada de “Paraíso Seguro” para o povo curdo (TRIPP, 2007).

Halliday (2005) aponta que:

A decisão do governo saudita, de convidar as forças dos EUA para a Arábia Saudita depois de 2 de agosto de 1990, para formar uma coalizão contra o Iraque, foi o ponto de ruptura nas relações entre Riad e a corrente militante islâmica liderado por Osama bin Laden, os quais os serviços de inteligência oficiais, e seus príncipes imprudentes associados, tinham sustentado na década de 1980 (HALLIDAY, 2005, p. 150, tradução própria).

e disso derivaria o que ele considera uma das principais consequências do embargo – e que para este trabalho é de extrema relevância -, pois seria o *turning point* que mais tarde, levaria o grupo terrorista al-Qaeda a articular e orquestrar o ataque às Torres Gêmeas, em 11 de setembro de 2001.

3.2 Invasão do Iraque em 2003 e a insurgência

Nos anos 60, até o meio da década de 90, a importância que se dava ao contraterrorismo na política externa norteamericana era quase nulo. Acadêmicos da época não consideravam o terrorismo como uma ameaça ao território dos EUA. O terrorismo só era considerado uma séria ameaça à segurança nacional americana, se apresentasse duas características juntas: ameaça ao território nacional e o uso de armas de destruição em massa – nucleares, químicas ou biológicas; ou se fosse patrocinado por um ator Estatal (CRENSHAW, 2010).

O 11 de setembro representou, de maneira muito apropriada aos interesses dos Estados Unidos, uma inflexão em sua política externa de maneira como nunca se havia visto. Um marco de mudanças nas doutrinas e estratégias contraterroristas do país que acabou marcando profundamente sua história política. O combate ao terrorismo hoje é a linha de frente da política externa norteamericana, pois os ataques não apenas evidenciaram a falta de segurança a qual a

⁷ As minorias reprimidas pelo governo de Saddam Hussein, se revoltaram logo após a derrota e a imposição das sanções ao país. Dessa forma, aproveitaram a situação de instabilidade política do governo para tentar reivindicar melhores condições de vida e um governo mais justo, porém foram duramente massacradas (NÃO SEI ONDE LI).

população estava exposta, mas também a falta de articulação e coordenação entre as equipes de combate a esse tipo de ataque (DEGAUT, 2016; TORRES, 2015).

Apesar do governo Clinton já ter iniciado essa caminhada de reconhecimento do perigo que a al'Qaeda trazia para os Estados Unidos, e ter intensificado a quantidade de operações secretas entre 1998 e os anos 2000, ainda assim não foi o suficiente para prever e combater os ataques que seriam realizados contra o território americano em setembro de 2001. Já era possível haver uma linha de ação contra esse tipo de ataque, visto que o grupo terrorista já havia dado sinais, em 1993, que seu alvo era o território americano. Demonstrando que ainda a preocupação com o assunto, não correspondia ao necessário (CRENSHAW, 2010; DEGAUT, 2016).

Então, no dia 11 de setembro de 2001, pela manhã, dois aviões sequestrados atingem, cada um, uma das Torres Gêmeas, na cidade de Nova Iorque e um terceiro avião atinge o Pentágono, enquanto um quarto é abatido, sem chegar ao seu alvo final (SCHMEMANN, 2001). As evidências da autoria do atentado apontavam para o grupo terrorista al'Qaeda e o regime Talibã - os quais já haviam atacado os EUA outras vezes, porém não com tanta efetividade – e demonstravam intenções de atacar o Estado norteamericano há algum tempo por motivos políticos (VISENTINI, 2014).

O governo Bush imediatamente declarou guerra ao terrorismo. A campanha de 2001 agiu em conjunto com tentativas de negociação com o governo Talibã para que entregasse Osama bin Laden e de sanções da ONU. Os EUA promulgaram uma campanha tanto global como regional para combater seus inimigos, porém estava claro que eles não esperavam a aprovação de nenhum outro Estado para agir, caso fosse necessário (CRENSHAW, 2010).

Para prevenir novos ataques da mesma natureza, o Congresso Americano aprovou o Ato Patriótico dando início a Doutrina Bush, que se estenderia durante todo o mandato do presidente George W. Bush e que teria como premissa principalmente a Guerra ao Terror, que teve, nas administrações Bush e Obama, entre 2001 e 2015, um custo estimado de US\$ 1.7 trilhão, dos quais cerca de 94% coube ao Departamento de Defesa (DOD). (DEGAUT, 2016; TORRES, 2015).

Segundo Jervis (2003), a Doutrina Bush tinha as seguintes premissas:

uma forte crença na importância do regime interno de um Estado para determinar a sua política externa e a percepção de que este é um momento oportuno para transformar a política internacional; a percepção de que grandes ameaças só podem ser derrotadas por

novas e vigorosas políticas, mais notavelmente, a guerra preventiva; disposição de agir unilateralmente quando necessário; e, [...] uma sensação clara de que a paz e a estabilidade exigem os Estados Unidos façam valer a sua primazia na política mundial (JERVIS, 2003, p. 365, tradução própria).

A política norte-americana de relacionamento com o terrorismo, antes do 11 de setembro, apesar de não ser central na sua política externa, tinha quatro premissas: nenhuma concessão aos terroristas, sanções contra os Estados que protegiam esses grupos, cooperação internacional e implementação do Estado de direito (CRENSHAW, 2010). Após os atentados, e inaugurada com o Ato Patriótico, ela passou a ter como base principal o contraterrorismo e a legítima defesa do Estado norteamericano de maneira preventiva, permitindo primeiramente a ação e só depois, os questionamentos (TORRES, 2015), justificando a Guerra Preemptiva e trazendo uma nova concepção de guerra para o século XXI (VISENTINI, 2014).

O Ato Patriótico, de 2001, abriu margem para ações extremistas do governo sem haver nenhuma prova. As agências de inteligência e instituições policiais agora poderiam prender indivíduos sem nenhum motivo aparente, monitorar meios de comunicação e de transação bancárias sem nenhum tipo de autorização prévia. Todas essas ações somente baseadas no fato de haver alguma suspeita de terrorismo (DEGAUT, 2016). Essas atitudes e liberdade, chamaram a atenção da America Civil Liberties Union (ACLU), órgão defensor dos direitos humanos norteamericano, que defende que essas atitudes legitimadas pelo próprio governo, acabaram acarretando uma perda perigosa e silenciosa da democracia da nação, pois suas liberdades lhes são retiradas em prol de um “bem maior” que seria o combate ao terrorismo (TORRES, 2015).

Em 2002 também, é liberada uma nova declaração formal com novo conjunto de princípios, publicada pela National Security Strategy of the United States of America, no qual dizia que o intuito dos EUA a partir de então seria opor-se ao terrorismo e impedir que os Estados irresponsáveis (Estados Pária) obtivessem armas de destruição em massa; passa a reconhecer atores não estatais como inimigos importantes e a defender o direito de defesa preemptiva (CRENSHAW, 2010).

Os pretextos apresentados pelo governo norteamericano para a invasão no Iraque eram de que este possuía armas de destruição em massa e o governo de Saddam Hussein era um governo tirânico que deveria ser derrubado. Alegava ainda que o Iraque não cooperava com as operações de revista e os EUA tinham provas concretas e seguras de que havia projetos de desenvolvimentos de armas químicas no Iraque – ainda que os últimos relatórios da comissão investigadora da ONU informassem que o governo estava cooperando de fato e que não havia

nenhum projeto químico ou biológico sendo desenvolvido no território iraquiano (VISENTINI, 2014). Ou seja, o Iraque realmente se tornava um Estado-pária⁸, pois Saddam ajudava bin Laden - os EUA alegavam - e ainda possuíam armas de destruição em massa, justificando assim uma Guerra Preventiva contra aquele país (CRENSHAW, 2010).

Os Estados Unidos não obtiveram apoio de várias potências, inclusive o Conselho de Segurança da ONU não autorizou a invasão pelos vetos de França, Rússia e China. Porém, como se sabe, os EUA não estavam abertos a outra opinião que não o apoio, o qual só veio da Inglaterra. Então em março de 2003, os EUA invadiram o Iraque com o pretexto de livrar aquele povo das mãos do tirânico Saddam Hussein e de impedir que este Estado continuasse com o desenvolvimento de armas de destruição em massa, colocando em risco a vida da população americana e mundial. (CRENSHAW, 2010, COCKBURN, 2015a)

Para a população iraquiana, o rimo e a violência de todos aqueles eventos, só lhes deu duas opções ou viravam espectadores ou vítimas. O colapso incrivelmente rápido das forças aparentemente invencíveis de Saddam Hussein satisfaz a boa parte da população, principalmente aqueles que ainda lembravam dos acontecimentos de 1991 (TRIPP, 2007).

Porém os reais motivos tinham cunho econômico e político. A região do golfo, é inigualavelmente rica em petróleo. A reserva de petróleo iraquiana é a terceira maior do mundo, perdendo somente para a da Arábia Saudita e do Irã. Além do mais, o custo produtivo do petróleo iraquiano é um dos mais baratos do mercado (ESTULIN, 2014; BANDEIRA, 2013).

Relatórios de março de 2001, comprovam que a invasão ao Iraque já estava prevista muito antes dos ataques de 11 de setembro⁹ (BANDEIRA, 2013). “ A luta contra o terrorismo, o Iraque e o Eixo do Mal, não são mais do que pretextos. Porque ela não tem mais a força para controlar os atores maiores que são a Europa e a Rússia, o Japão e a China, a América perderá esta última partida pelo domínio do mundo” afirma Todd (2003) deixando claro que com ou sem ataque terrorista, o Oriente Médio seria alvo de lutas internacionais; pois de lá provém a maior parte da riqueza mundial.

⁸ Estados-pária seriam Estados que dariam suporte a grupos terroristas e ameaçariam os EUA, segundo Visentini (2014).

⁹ Porém é necessário revisar os eventos de 11 de setembro porque apesar de a invasão do Iraque não ser derivada diretamente dos movimentos terroristas de 2001, foi ela que deixou margem para o contexto de guerras sectárias e de surgimento de grupos rebeldes extremistas armados no Oriente Médio. Os movimentos do Estado Islâmico, derivam da ingerência do Estado do Iraque e do vácuo de poder deixado após a derrubada de Saddam Hussein. Por esse motivo, para um melhor entendimento dos fatos, apesar de ser de conhecimento que os atentados de 11 de setembro não influenciaram, somente legitimaram, a invasão do Iraque, é necessário estudá-lo.

Em março de 2003, o governo dos Estados Unidos invadiu o Iraque, depois que Saddam Hussein não atendeu ao seu comando de deixar o país. A chamada Operação Iraque Livre teve como principais apoiadores externos a Inglaterra e a Austrália, e internos as milícias curdas; mais tarde se juntando à coalizão Espanha, Itália e Polônia (VISENTINI, 2014).

A invasão se iniciou pelo bombardeio aéreo na capital. Logo em seguida, pela debilidade das forças iraquianas, foi possível uma invasão terrestre pelas forças de coalizão. Os principais alvos eram os palácios presidenciais, onde vivia Saddam Hussein. Outro alvo que teve bastante empenho, foi o território do sul do Iraque, onde se localizam os campos de petróleo na fronteira com o Kuwait. A partir dali, seguiram em busca do centro do país, para tomar a capital Bagdá. Em geral, a resistência não foi grande, porém, onde havia cidades e população, houve resistência do povo contra a invasão ocidental. Em dois meses o país já estava totalmente dominado pelas forças americanas. A ocupação teve fim em maio de 2003 (MATTHEWS, 1993; VISENTINI, 2014).

O que resultou disso foi um país sem governo, em um estado de calamidade pública, onde a população ficou totalmente desamparada e sem a gerência de seus recursos básicos como segurança, saneamento e fornecimento de água. Muitos locais foram saqueados e tesouros roubados, tanto pela população local, quanto pelos soldados americanos. Nesse tempo sem governo definido, houve duas formas de resistência, a parte que ainda apoiava o governo Ba'as – o qual agora era perseguido pelas forças americanas – e as milícias extremistas, em sua maioria estrangeiras. Foi nesse cenário de caos, falta de governo, insurgências, perseguições, que a al'Qaeda viu a oportunidade de entrar no Iraque, junto com várias outras milícias que aproveitaram a situação frágil a qual o país se encontrava para se instalar em seu território (VISENTINI, 2014; TRIPP, 2007).

Em 2004, a situação do Iraque já estava além do controle americano; as insurgências sunitas estavam longe de serem controladas. Apesar de o governo de transição ser formado por forças xiitas, a população era contra a ocupação ocidental. Conforme o tempo passava e a guerra avançava, mais o sentimento antiamericano ia se fortalecendo entre a população muçulmana e árabe (CRENSHAW, 2010). Além do que as insurgências xiitas também tomaram proporções devastadoras contra os sunitas e contra os americanos (NAPOLEONI, 2005). Os sunitas – por apoiarem o governo anterior - ainda foram marginalizados, o que inflamou ainda mais as insurgências desse grupo (VISENTINI, 2014).

Em meados de 2004, as milícias sunita e xiitas chegaram o mais próximo de conseguirem uma cooperação contra a ocupação da coalizão, mas uma aliança feita pelas forças de ocidentais com os rebeldes xiitas – por intermédio do Aiatolá Ali al Sistani – acabaram com o movimento xiita, deixando o movimento sunita sem apoio e acabando com o que poderia ter sido uma frente única de luta contra os direitos da população iraquiana. Essa mudança de lado das milícias xiitas, acabaram por acumular mais um sentimento de traição nos sunitas. O líder al-Zarqawi – que Osama havia intitulado o líder da al’Qaeda no Iraque – incentivou ainda mais a violência sectária com relação aos xiitas, deixando a guerra ainda mais sangrenta e marcando o início da guerra civil acima da guerra contra o ocidente (NAPOLEONI, 2005).

Em 2005, ocorreram as eleições para o novo governo de transição, no Iraque. Ibrahim al-Jaafari venceu. Em 2006, foi indicado o primeiro ministro, pelo Conselho Representativo, Nourial-Maliki, o qual foi acompanhado de um gabinete com membros dos partidos curdo, sunita e xiita. Apesar disso, as insurgências e a violência não diminuía no território iraquiano, pelo contrário, cada vez as disputas sectárias estavam mais acirradas. Até que em 2007, com a falta de poder do novo governo, Bush decide enviar mais soldados americanos para o Iraque e aumentar o contingente para 150.000 soldados (COCKBURN, 2015a). Não conseguindo conter as ondas de insurgências, o governo recrutou ex-insurgentes sunitas para uma proteger as regiões sunitas. O Exército foi treinado pelas forças americanas durante 2006 e 2007. Em 2008 entrou em ação, tentando combater a al’Qaeda no Iraque, porém sua atuação não foi tão boa quanto o esperado (VISENTINI, 2014).

Como afirma Crenshaw (2010):

Em três anos, a ocupação não trouxe nem segurança, nem paz, nem prosperidade. [...] O governo, no entanto continuou a afirmar que a Guerra no Iraque havia conseguido manter a ameaça longe das fronteiras norteamericanas e que, para obter tais resultados, foi essencial seguir esse curso de ação (CRENSHAW, 2010, p. 73).

Em 2008, antes da subida de Obama ao poder, já era negociada a retirada das tropas da coalizão do Iraque, porém o próprio Exército norteamericano pediu para que a retiradas das tropas fosse adiada pois o Exército iraquiano não era capaz sozinho de conter a população e conduzir a reconstrução do país (VISENTINI, 2014). Uma das grandes preocupações sobre a retirada precoce das tropas, era também que os grupos sunitas estariam cara a cara com as milícias xiitas e grupos de extermínio – o que poderia levar a um aprofundamento ainda maior da guerra civil (DINIZ, 2010).

Porém de qualquer forma, em 2009, medidas começaram a ser tomadas para passar o controle total do país para as mãos de seu governo, a dizer, o primeiro ministro Nourial-Maliki, e Obama, já presidente, anunciou o fim das operações militares no Iraque até agosto de 2010. O anúncio oficial do fim da Operação Iraque Livre ocorreu um ano depois (HASSAN & WEISS, 2015) “esquecendo de comunicar aos insurgentes, que ainda mantêm os atentados, enquanto há dificuldade de manter um governo coeso no Iraque” (VISENTINI, 2014, p. 116).

Quando Barack Obama concorria a presidência, ele criticou a invasão do Iraque e a Guerra ao Terror:

A administração Bush respondeu aos ataques não convencionais de 9/11 com o pensamento convencional do passado, vendo em grande parte os problemas baseados no Estado e, principalmente, ao alcance de soluções militares. Foi essa visão tragicamente equivocada que nos levou a uma guerra no Iraque que nunca deveria ter sido autorizada e nunca deveria ter sido travada. Na esteira de Iraque e Abu Ghraib, o mundo perdeu a confiança em nossos objetivos e em nossos princípios (OBAMA, 2007).

Porém conforme ele foi administrando a política externa norteamericana, nota-se que a Guerra do Iraque para ele foi um equívoco que deveria ser reparado, retirando-se as tropas do Iraque – o que não seria algo que repararia os erros cometidos, mas sim somente aprofundaria o estado caótico que o país se encontrava -, mas que ele aprovava e inclusive intensificara a Guerra no Afeganistão. A política externa de Obama continuou com o contraterrorismo como sua principal política externa, e a mudança anunciada entre a maneira de enfrenta-la com relação a do ex-presidente Bush não foi muito efetiva. Ou seja, viu-se algumas pequenas divergências, mas nenhuma ruptura significativa (TORRES, 2015). Assim “Obama foi duramente criticado por suas ações: para a direita, Obama estaria rompendo com as políticas de segurança de Bush, para a esquerda, Obama estaria dando continuidade a elas” (TORRES, 2015).

3.3 Primavera árabe e impactos regionais

Bashar Al-Assad assumiu o poder da Síria em junho de 2000, após a morte de seu pai, Hafez Al-Assad. Em sua primeira aparição pública, em seu discurso, Bashar criticou algumas instituições sírias e clamou por um maior diálogo entre população e governo. Ele era contra um governo ditatorial e contra uma economia fechada, como seu pai havia construído seu governo. Nos meses iniciais, ocorreu o que se chama de “Damascus Spring”, pois o governo aplicou uma série de medidas liberalizantes, tanto políticas como econômicas, em uma tentativa de diálogo com a população e de democratização. Porém a elite que governava em conjunto com ele, e cujo

sem o seu apoio ele não se manteria no poder, rejeitou a ideia de abertura política e democrática para a população, acabando então com as medidas que caracterizaram a “Primavera Síria” e regredindo para a antiga forma de governo (MCHUGO, 2014).

Apesar da abertura política não ter durado muito, por divergências dentro do governo, as medidas econômicas foram levadas mais adiante. Quando o governo de Bashar subiu ao poder, em 2000, a economia síria estava quebrada. Ele, defensor da liberalização da economia, abriu o mercado para o comércio internacional. Defendida como uma medida para alavancar a economia, a liberalização do comércio sírio serviu somente como forma de beneficiar a elite governante do país e para aumentar ainda mais a concentração de renda entre ricos e pobres (ERLICH, 2014).

Parte disso se deu pela falta da reforma política, pois a elite ainda continuava a ditar as medidas governamentais (LISTER, 2016). A exemplo disso, apesar de a reforma econômica visar atingir a população em geral, foi tomado o cuidado de ela não retirar os benefícios, nem ameaçar a posição dos apoiadores de Assad, limitando assim a distribuição dos ganhos trazidos por essas novas medidas entre a população (MCHUGO, 2014). Além disso, a liberalização da economia trouxe a concorrência externa para o mercado doméstico, o que acabou quebrando a produção local, visto que esta não era capaz de competir com as grandes concorrentes do Ocidente (LISTER, 2016).

Todas essas medidas acabaram por, no fim, empobrecer a população comum e levar a um êxodo rural, como mostra Lister (2016). Ainda afirma que:

O alastramento da pobreza e a formação de uma série de subúrbios, aglomerando um grande número de pessoas frustradas financeiramente e em grande parte desempregadas ou subempregadas, na periferia dos centros urbanos da Síria, teve consequências significativas para o futuro sócio-político do país. Essas pessoas, os cidadãos que se sentiam enganados por um aparato governamental corrupto e muitas vezes inepto, começaram e lideraram os primeiros protestos contra o governo no início de 2011 (LISTER, 2016, p. 24, tradução própria).

Apesar disso, na questão religiosa, o governo de Bashar continuou a política de seu pai e até foi mais aberta com relação a tolerância para todas as religiões. O diálogo entre líderes religiosos era aberto e a liberdade de ensino e de pregação para estes era concedida de forma pacífica (MCHUGO, 2014). A composição de seu governo também era mais heterogênea que a de seu pai, dando mais espaço para a maioria sunita, do que Hafez o dera. Apesar disso, suas premissas ainda seguiam os fundamentos do Partido Ba'as de secularização da política e suas

medidas em geral buscavam demonstrar que não havia conflitos entre o Islã e o regime (LISTER, 2016).

Porém ainda assim, em duas frentes o governo não conseguiu – ou nem tentou – progredir: no combate à corrupção, com uma reforma política, e no direcionamento rumo a um governo mais democrático, livre e fora do estado de emergência (MCHUGO, 2014).

Havia outros interesses por trás dessas revoluções que deram gás e levaram adiante esse movimento das populações orientais. Visentini (2014) traz, indo de acordo com a ideia de Maia, o conceito de Mudança de Regime (*Regime Change*) e das Revoluções Coloridas, as quais começaram a ter um maior impacto no sistema internacional no século XXI.

Esses movimentos seriam

[...] basicamente uma estratégia de mobilização para provocar uma mudança pacífica de regimes políticos desgastados, que se tornaram indesejáveis às grandes potências. [...] Pode-se pensar que se trata de uma forma espontânea de luta política, possibilitada pela tecnologia da informação. Mas chama a atenção que os slogans, os símbolos, a adoção de uma cor ou flor [...] e uma conexão comum com a grande mídia global possuem um padrão incrivelmente idêntico” (VISENTINI, 2014, p. 139-140)

Em 2011, esse tipo de estratégia chegou ao Oriente Médio, através da Primavera Árabe, e como cita Maia a seguir, sabe-se que o desgosto da população, bem como a sua movimentação, não ocorrera somente em 2011. Porém, por esse movimento ser conveniente aos países Ocidentais nesse momento – como se viu, por exemplo, no Egito -, o apoio foi massivo e a cobertura intensa.

Como indicam Sussman e Krader (2008¹⁰ apud VISENTINI, 2014, p.140) “as Revoluções Coloridas não são espontâneas, mas resultado de uma vasta planificação”. Tanto os Estados Unidos, quanto os países da Europa são extremamente ativos nessa questão, promovendo a busca pela “democracia” e pelo bem-estar das populações que necessitam da sua ajuda (VISENTINI, 2014).

Os países da região não estavam mergulhados numa espécie de letargia, onde de repente, por um passe de mágica, as pessoas saíram para a rua para exigir a ‘queda do regime’,

¹⁰ G. Sussman e S. Krader “Template Revolutions: Marketing U.S. Regime Change in Eastern Europe”, Westminster Papers in Communications and Culture, University of Westminster, London, vol.5, n.3, 2008, p.97.

após uma longa idade das trevas que antecedeu a ‘primavera’. Ações desenvolvidas pela sociedade civil ou greves operárias já haviam mesmo obrigado, em alguns casos, alguns desses regimes a fazerem pequenas concessões (MAIA, 2016, on-line).

No final de 2010, manifestações contra o governo ditatorial da Tunísia, no poder há 23 anos na época, deflagraram uma onda de revoluções no Oriente Médio contra governos repressivos. A situação econômica difícil, da maioria da população, e a repressão por parte do governo foram evidenciadas no protesto de um feirante, com nível superior que vendia legumes para se sustentar e foi impedido e humilhado pela polícia. Em um ato de desamparo, ele ateou fogo ao próprio corpo, vindo a falecer alguns dias depois. Essa forma desesperada de protesto, acordou a população para a situação em que esta se encontrava, e deu pelas revoltas cada vez mais frequentes (VISENTINI, 2012).

Antes de chegar a Síria, a Primavera Árabe ainda passou por Líbia, Jordânia e Iêmen. Manifestou-se pela primeira vez em território sírio em março de 2011 na cidade de Deraa, quando alguns adolescentes foram presos e torturados pela polícia por picharem um muro com a frase “o povo quer a queda do governo” conhecido como o slogan da Primavera Árabe. A população local se revoltou contra a brutalidade do governo e protestos começaram na Síria (LISTER, 2016).

Logo o conflito revelou-se muito maior do que somente uma guerra civil. Mostrou-se com sua real forma: uma guerra por procuração¹¹, liderada pelas grandes potências como Estados Unidos e União Europeia, e por seus aliados na região Arábia Saudita, Qatar e grupos rebeldes. Apoiando o governo e do outro lado da guerra, encontram-se o governo sírio, Rússia, Irã e o Hezbollah (BECKER, 2015). O intuito seria de derrubar o governo Assad e atingir a principal ameaça na região para o Ocidente, o Irã (AKBARZADEH, 2015).

O Irã, por sua vez, por saber de seu papel dentro da região e por saber da ameaça que corre ao perder o apoio do regime sírio, caso ele viesse a cair, se posicionou em apoio ao governo de Assad (VISENTINI, 2014). Mesmo sabendo dos riscos de entrar em uma guerra sectária, onde os termos são ditados pelo Estado Islâmico – ou seja, muito além de uma guerra comum - o secretário do Conselho Nacional de Segurança do Irã afirmou que se o Irã não combatesse o EI

¹¹ Definição de guerra por procuração: uma Guerra onde atores Estatais não lutam entre si, mas financiam atores não-estatais para combater em seu lugar em busca de um objetivo político e/ou econômico.

enquanto ele ainda estivesse no Iraque e na Síria, o próximo passo seria enfrenta-lo dentro de seu território (FARS NEWS, 2014¹² apud AKBARZADEH, 2015).

Visentini (2014) afirma, consoante com Akbarzadeh, que a Síria seria a peça chave no papel iraniano na região do Levante, por isso então essa atenção especial do Ocidente nela e principalmente, esse seria o motivo pelo qual a Arábia Saudita visa a queda de Assad do governo sírio, pois assim, sua influência aumentaria. Essas variáveis trazem uma relação direta entre o armamento massivo que os grupos de oposição jihadistas – inclusive o EI, no início - recebem da Arábia Saudita e seus objetivos para a região (VISENTINI, 2014).

Conforme as manifestações foram se alastrando e as respostas do governo não satisfaziam a população, um círculo vicioso foi se formando, pois quanto mais descontente a população ficava, mais ela protestava e com mais repressão o governo respondia. Não se sabe ao certo em qual ponto da brutalidade da polícia perdeu-se o controle da população, mas com alguns meses de manifestações, milhares de pessoas já haviam morrido e outras milhares já fugiam do país para lugares que elas consideravam mais seguros (MCHUGO, 2014).

Em julho, uma oposição oficial ao governo se formou, derivada de desertores do exército sírio que apoiavam a causa das manifestações. O Exército Livre Sírio (FSA, sigla em inglês) desde então luta contra a repressão do governo junto com a população e com o apoio financeiro de Estados Unidos, Turquia, Qatar e Arábia Saudita (ERLICH, 2014). Em outubro formou-se um Conselho Nacional Sírio, na Turquia, para apoiar a oposição ao governo e em novembro, a Síria foi suspensa da Liga Árabe em resposta as ofensivas violentas do governo contra sua população (MCHUGO, 2014).

A Rússia, como antiga aliada da Síria, e protegendo seus interesses na região, posicionou-se em apoio ao governo de Assad, em conjunto com o Irã, no intuito de evitar uma interferência direta ocidental, como já havia ocorrido no Afeganistão e no Iraque. Os principais interesses russos na região, além da relação de longa data com Damasco, são a manutenção de acesso ao Porto de Tartus no Mediterrâneo Leste e o controle das rotas energéticas que lhe conferem influencia sobre a Europa e sobre as quais França e Inglaterra também têm interesses –

¹² *Fars News*, December 29, 2014, <http://www.farsnews.com/newstext.php?nn=13931008000241>.

levando justamente a posição contrária da Rússia com relação ao governo sírio pelos mesmo motivos (VISENTINI, 2014).

O FSA era também composto por representantes dos serviços de inteligências da Arábia Saudita, Emirados Árabes, Jordânia e Qatar, e dos ocidentais EUA, Grã-Bretanha e França. A confissão de Saddam al-Jamal, citado por Cockburn (2015a) mostra explicitamente o papel que a Arábia Saudita teve no conflito, pois relata o financiamento – bélico e financeiro - aberto a qualquer um que quisesse derrubar o governo de Assad, nas reuniões do FSA. Dando a ideia de que esse seria um movimento arquitetado pelas potências que se beneficiariam com a queda do governo sírio e que a população não teria sido mais que massa de manobra para legitimar o golpe no país (COCKBURN, 2015a)

A luta contra o governo por essas frentes e ainda os grupos jihadistas já existentes ao redor da Síria – alguns já haviam voltado para o país – e que foram cultivados pelo governo sírio, aproveitaram o estado de caos civil dentro do país para derrubar o governo de origem alawita e que muitos consideravam que compactuava com os xiitas do Irã (ERLICH, 2014).

O governo sabia que não poderia conter por muito tempo as manifestações, dessa forma, começou a propor uma nova Constituição e algumas reformas logo que as revoltas tomaram forma, porém as reformas não foram aceitas, visto que a população queria a renúncia de Assad do governo, o que o governante deixou claro que não iria atender (VISENTINI, 2014).

Em maio de 2011, o governo assinou uma emenda no Decreto Legislativo 61 conferindo anistia a presos políticos, incluindo membros da Irmandade Muçulmana e outros grupos jihadistas (LISTER, 2016) em uma tentativa de contenção dos ânimos dos rebeldes, porém o governo foi muito criticado por essa decisão (AL-JAZEERA, 2011) visto que decorrente disso, muitos desses indivíduos, logo tornaram-se ativos membros dos grupos rebeldes jihadistas atuantes na guerra civil (LISTER, 2016).

Becker (2015) analisa a relação que o governo sírio tem com os grupos terroristas que se instalaram em seu território depois de 2011, e evidencia que o governo sírio também não combate esses grupos com toda a força que poderia pelo simples fato que muitas vezes a sua presença na Síria lhe traz benefícios. Ele aponta, principalmente o Estado Islâmico, por sua brutalidade, ajudam a dar ao governo de Assad, um papel de vítima, visto que o modus operandi desses grupos terroristas justifica a “defesa” do governo do mesmo modo, principalmente perante

a comunidade internacional. No âmbito doméstico, a maneira radical do Estado Islâmico causa divergências de pensamento, mas de certa forma, faz com que o governo de Assad pareça moderado perto da Sharia, imposta pelo EI (BECKER, 2015).

Sabe-se que o governo sírio já possuía relações com grupos jihadistas antes de 2011, e que fornecia apoio para eles em algumas localidades fora da Síria, porém estes não haviam se voltado para dentro do seu território nem contra seu governo. (LISTER, 2016). Desde 2003, quando os Estados Unidos invadiram o Iraque, o governo de Assad apoiou a ida de jihadistas sírios para o combate contra o “grande inimigo”, que seria os EUA, na tentativa de se livrar dessa ameaça interna a seu governo.

Isso, Lister (2016) chama de “exportação de jihadistas”, pois o governo incentivava e facilitava a ida destes indivíduos para o Iraque para combater as forças ocidentais e ainda remover esse problema de dentro de seu território - aproveitando que na Síria o sentimento antiamericano era muito forte. Os mesmos moldes de exportação foram feitos para o Líbano, em 2007. Dessa forma, esse processo ajudou na criação e fortalecimento de grupos conhecidos como a Al’Qaeda no Iraque, o ISI (Estado Islâmico do Iraque, sigla em inglês), e outro menores como Ansar al-Islam e no Líbano grupos como o Fatah al-Islam e Asbat al-Ansar (LISTER, 2016). Em 2006, porém um movimento interno iraquiano, com o apoio norteamericano se formou para combater o ISI, o que causou um pequeno estancamento nos fluxos migratórios para o Iraque e uma volta para a Síria, o que Assad sentiu como uma ameaça a seu governo.

A estratégia de Bashar al-Assad, mostrou-se a mesma de seu pai, ao exportar os seus próprios riscos para seus vizinhos e interferir em suas políticas para proteger seu governo (LISTER, 2016). Becker, reconhecendo dessa mesma forma a política do governo sírio afirma que:

Um risco final e sério para o regime de Assad é que ele capacitar o Estado Islâmico e a Al-Nursa a ponto de estas não apenas dominarem outros grupos da insurgência, mas, de fato, o destituíram do poder. O objetivo provável de Assad em cooperar com grupos extremistas é que eles ganhem poder em relação a outros grupos insurgentes, mas não ao ponto de serem capazes de derrubar seu governo (BECKER, 2015, p. 99, tradução própria).

Pode-se notar então que apesar do desgaste político – desconsiderando a situação social e econômica – a guerra civil jihadista facilitou a situação para o governo sírio, visto que ele não precise combater os grupos rebeldes, já que eles se combatem entre si. Apesar disso, o Assad

ainda não tem recursos nem apoio o suficiente para acabar com a Guerra nem de maneira pacífica, nem à força (COCKBURN, 2015a).

Esses enfiamentos, de cunho político principalmente, só chegaram a tal ponto, porque aos olhos das nações ocidentais, ajudar a combater o EI na Síria era ajudar o governo a retomar seu poder. Demorou algum tempo para os EUA perceberem que a guerra contra o ISIS só seria ganha quando ele enfraquecesse de todos os lados, e isso só seria possível com ataques nos dois países. O cenário sírio então, tornou-se mais complexo, ao passo que esse receio em atuar no seu território possibilitou a atuação de quatro frentes no confronto: o Estado Islâmico, as forças pró-governo, os sírios curdos e as facções rebeldes que variam entre moderadas e filiadas a al-Qaeda (LISTER, 2016; CORDESMAN, 2016).

Tendo em vista as variáveis externas apresentadas, nota-se uma grande presença dos Estados Unidos, tanto direta, quanto indiretamente, nos conflitos regionais contemporâneos. O governo norteamericano expõe-se que o governo sírio incitou grupos rebeldes jihadistas no Iraque, durante a Guerra naquele país, como afirma o tenente coronel Joel Rayburn (2012¹³ apud LISTER, 2016, p. 47) em sua fala:

Não há certamente na história moderna um exemplo mais perfeito de *blowback*¹⁴ do que o que está acontecendo agora na Síria, onde a Al Qaeda do Iraque se virou para morder as mãos que uma vez os alimentou ... Tendo aterrorizado os iraquianos durante sete anos, o Regime sírio agora cinicamente busca a simpatia do mundo como vítimas do terrorismo.

Porém pode-se indicar o mesmo comportamento com relação as ações dos Estados Unidos sobre suas “busca pela democracia no países do Oriente Médio”, quando muitos de seus patrocínios chegavam a grupos terroristas – inclusive o EI – (NAPOLEONI, 2015) e que hoje eles não têm mais nenhum controle; ou quando o presidente Obama decidiu desocupar o Iraque por motivos de gastos públicos, não se preocupando em reparar os danos que a Guerra, incitada e perpetrada pelos próprios Estado Unidos, causaram a população iraquiana.

¹³ Tenente Coronel Joel Rayburn, ‘Blowback – Iraq comes to Syria’, Hoover Institution, 23 February 2012.

¹⁴ Definição de ‘Blowback’: Ocorre quando uma nação agressora realiza uma operação secreta e esta operação secreta resulta em algum tipo de ação de retaliação contra a população civil da nação agressora. A população civil da nação do agressor não tem ideia de por que eles estão sendo atacados, devido à natureza secreta da operação inicial (MANUEL, [20--?]).

O ex-embaixador norteamericano Chas Freeman Jr. (2015) inclusive indica que “um dos resultados de nossas intervenções no Iraque e na Síria é a ascensão do Daesh¹⁵. Esta é mais uma ilustração de que, em nossos esforços para fazer o bem no Oriente Médio, temos violado o princípio de que um primeiro não deve prejudicar o próximo” (FREEMAN JR., 2015, p.39, tradução própria).

¹⁵ Nome árabe para o Estado Islâmico.

4 ESTADO ISLÂMICO

O ISIS é filho da guerra. Seus membros buscam redesenhar o mundo a partir de si mesmos, por atos de violência. Sua combinação tóxica, porém, eficaz, de crenças religiosas extremas com capacidade militar é produto da Guerra do Iraque, desde a invasão norte-americana em 2003 e da guerra na Síria, desde 2011 (COCKBURN, 2015a, p. 49).

O grupo jihadista já se autointitulou de diversas maneiras ao longo de sua jornada, a qual começou no início do século XXI, com a invasão dos Estados Unidos no Iraque. Cada mudança de nome feita autoproclamada sugere uma nova fase do grupo, geralmente iniciada com uma nova conquista (NAPOLEONI, 2015).

Essa evolução se caracteriza de um mero grupo terrorista, para ao longo de sua jornada conquistar e proclamar um Emirado Islâmico e finalmente, em 2014, afirmar e controlar um Califado, autointitulado Estado Islâmico; uma entidade com diversos níveis burocráticos – embora, ainda não a nível de um Estado de facto, já que não é reconhecido por outros Estados. Este ocupa grande parte dos territórios de Iraque e Síria – a região do Levante, que remete ao Califado original islâmico (AL-TAMIMI, 2015).

Essa linha do tempo do grupo, será explorada identificando cada uma de suas fases e de seus líderes, numa jornada que até a proclamação do Califado, levou onze anos para ser conquistada.

O EI é na realidade o último fronte em uma combinação sangrenta de uma longa disputa dentro da hierarquia do jihadismo internacional. (...) Aliados, eles (Abu Musab al-Zarqawi e Osama bin Laden) ajudaram a partir o Iraque ao meio, inspiraram atrocidade xiitas em resposta e provocaram um dano sangrento em vidas norte-americanas e aliadas. É esta a história que une a última década de conflitos com as agendas dos regimes no Irã e na Síria, e sem a qual não podemos compreender verdadeiramente o EI hoje (HASSAN & WEISS, 2015, p. 13-14).

4.1 Histórico do grupo (2006 - atualmente)

Os grupos da rede al-Qaeda começaram a ter sua notoriedade aumentada a partir da política de Guerra ao Terror dos Estados Unidos, pois antes a maioria dos grupos jihadistas eram pequenos e não pertenciam a este grupo em específico, simplesmente eram grupos que com essa repercussão começaram a se unir sob a bandeira da al-Qaeda. Até então, o terrorismo era

tratado como uma forma de crime internacional ou nacional e não era usado mais que o sistema judicial para julgá-lo. Além de a política de Guerra ao Terror ter intensificado ainda mais o sentimento jihadista contra o Ocidente, o que acabou por aumentar o número de combatentes e grupos com o mesmo objetivo de lutar contra o grande invasor ocidental, representado na forma dos Estados Unidos¹⁶ (CRENSHAW, 2010; NAPOLEONI, 2015).

Para Napoleoni (2013), na situação do Oriente Médio atual – com o Estado Islâmico dominando uma parte considerável de seu território –, duas situações são de especial importância:

(...) a resposta sucinta, nós a acharemos na ofensiva preventiva conjunta lançada contra o Iraque e na guerra civil na Síria. A primeira ajudou a criar um dos mais brilhantes e enigmáticos estrategistas da jihad moderna, o finado Abu Musab al-Zarqawi (...) Já o conflito na Síria, proporcionou uma oportunidade única, uma plataforma de lançamento, para os que haviam assimilado a mensagem de al-Zarqawi e que desejavam concretizar o sonho dele, entre os quais Abu Bakr al-Baghdadi, o novo Califa” (NAPOLEONI, 2015, p. 32).

Al-Zarqawi, o homem que iniciou a jornada do Estado Islâmico no Oriente Médio, era natural da Jordânia e participou de seu primeiro grupo jihadista no mesmo país, em 1993. Em março de 1994, ele foi preso e condenado a quinze anos de reclusão. Porém, na cadeia de segurança máxima, sua rede de contatos com indivíduos extremistas aumentou consideravelmente e sua personalidade mudou de um islamista radical para o líder implacável que estaria a frente da AQI. Em 1999, o novo rei da Jordânia concedeu anistia para alguns milhares de presos, entre eles al-Zarqawi. Seu caminho o levou ao Afeganistão, onde encontrou bin Laden. O primeiro contato não foi bem-sucedido e bin Laden suspeitou de suas intenções, mas algum tempo depois um arranjo de benefício mútuo foi forjado entre os dois (NAPOLEONI, 2005)

Até 2004, al-Zarqawi manteve uma relação distante de bin Laden, devido a sua divergência de opiniões com relação a guerra sectária. Até então ele se localizava em um campo de treinamento, no Afeganistão. Eles se uniram – apesar das suas divergências - para combater no Iraque após a invasão norteamericana do Iraque, em 2003, e derrubar os EUA e seus aliados em uma armadilha (HASSAN & WEISS, 2015). Antes da invasão, a al-Qaeda não estava presente no

¹⁶ Essa representação dos EUA como a força Ocidental é típica da Guerra Fria em diante, mas ainda mais reforçada no século XXI com a Doutrina Bush. Até um pouco depois da metade do século XX, essa força Ocidental era representada pelas potências europeias, como foi visto no primeiro capítulo deste trabalho.

Iraque, foi justamente a Guerra ao Terror e sua investida no território iraquiano que incitou o grupo a fundar um braço seu no país: para combater o grande invasor ocidental, os Estados Unidos e seus aliados (VISENTINI, 2014).

Em um primeiro momento não houve confronto entre as forças da al-Qaeda e o Ocidente e tampouco com outras frentes iraquianas. Porém, conforme o movimento norteamericano dentro do Iraque foi se formando, como o Conselho de Governo, instaurado em julho de 2003, e os sunitas se deram conta de que ele não possuía mais do que alguns poucos membros sunitas e que sua maioria era xiita, a desconfiança pairou pela população sunita - até então no poder, com Saddam Hussein. Esse movimento foi mais do que o suficiente para causar um pânico geral nas tribos sunitas iraquianas, que começaram a apoiar a entrada da al-Qaeda no Iraque (HASSAN & WEISS, 2015; VISENTINI, 2014). Al-Zarqawi, que era a favor da eliminação de qualquer xiita, declarou que o conflito iraquiano teria duas frentes: uma contra os grupos de coalizão ocidental e outra contra os xiitas (NAPOLEONI, 2015).

Em 2004, al-Zarqawi finalmente decide jurar lealdade a Osama bin Laden fazendo seu voto de lealdade. Pouco tempo antes, ele havia fundado no Iraque um grupo jihadista, alinhado com a rede al-Qaeda, porém sob o nome de Tawhid al-Jihad. A lealdade jurada a bin Laden levou o emir da rede a mudar o nome de Tawhid al-Jihad para Tanzim Qaedat al-Jihad fi Bilad al-Rafidayn – mais conhecida no Ocidente por al-Qaeda no Iraque (AQI), tornando então emir do braço da al-Qaeda no Iraque. (HASSAN & WEISS, 2015).

No cenário político iraquiano o novo emir tentou derrubar os xiitas e sua aliança com os norteamericanos de todas as formas, porém passou dos limites aceitáveis com sua brutalidade, perdendo considerável apoio da população e intensificando os ataques ocidentais em áreas civis (VISENTINI, 2014). Dessa forma decidiu a apelar para algo que lhe desse alguma vantagem com relação ao apoio sunita: criou o Conselho Consultivo Mujahidin do Iraque. Ele serviu para nacionalizar o movimento jihadista. Era composto por seis grupos, e dentre estes, somente a AQI era composta de estrangeiros. (HASSAN & WEISS, 2015).

O novo governo do Iraque voltou a reprimir a minoria sunita com prisões injustificadas, abusos de poder em comunidades, enfrentou também uma AQI cada vez mais ativa em seu território (TRIPP, 2007). O que, por outro lado, causou atritos entre a própria organização, visto que al-Zawahiri e bin Laden eram contra as guerras sectárias internas,

querendo formar sua frente somente contra o ocidente e contra outros governos árabes. A estratégia de al-Zawahiri era que a sua luta deveria ser fundamentada em três passos, sendo o primeiro a expulsão do exército norteamericano do Iraque, depois construir um emirado islâmico nas regiões sunitas do país e por último, planejar, a partir de então, ataques a outros governos árabes inimigos (HASSAN & WEISS, 2015).

Em 2006, um ataque a grande mesquita xiita de al-Askari, em Samarra, no Iraque, pela AQI, deixou o mundo apavorado e, finalmente, transmitiu a real situação do Iraque para o mundo: a guerra civil. Imediatamente ataques de ambos os lados se intensificaram e insurgências xiitas e sunitas formaram um círculo vicioso de investidas cada vez mais sangrentas (TRIPP, 2007).

No mesmo ano o governo norteamericano, em conjunto com a inteligência jordaniana lograram encontrar o paradeiro de al-Zarqawi e o ataque a bombas ao esconderijo do emir da AQI matou-o. Foi nomeado o novo emir da al-Qaeda no Iraque o egípcio Abu al-Masri. Ele não tinha muita influência e logo se veria que sua presença seria eclipsada pela liderança do emir do Estado Islâmico no Iraque (ISI, sigla em inglês), o emir Abu Omar al-Baghdadi (HASSAN & WEISS, 2015).

Apesar dessa nova liderança formada, o ataque americano enfraqueceu o movimento jihadista no Iraque, e interrompeu o processo de uma guerra religiosa a qual era liderada por al-Zarqawi. Em conjunto com esse enfraquecimento, o movimento chamado Despertar Sunita, acabou por ampliar a repulsa que a população sentia com relação a al-Qaeda. O povo iraquiano não tinha uma imagem agradável do grupo, dada sua origem estrangeira e seu histórico e destruição no país (NAPOLEONI, 2015).

Logo após a morte de al-Zarqawi, houve uma intensificação da “iraquização” da luta pela jihad. Dessa forma, o Conselho Consultivo Mujahidin em conjunto com alguns grupos pequenos iraquianos e a AQI declararam o Estado Islâmico do Iraque e elegeram como seu emir o iraquiano Abu Omar al-Baghdadi. Eles tentaram monopolizar o poder entre a parte sunita iraquiana e investindo ainda mais contra as comunidades xiitas e curdas do país, intensificando o estado de caos dentro do Iraque (VISENTINI, 2014).

Em 2010, quando o atual líder, Abu Bakr al-Baghdadi, assumiu a liderança do grupo, ele continuou a política de al-Zarqawi de exterminação de xiitas, principalmente em retaliação ao

governo iraquiano, o que acabou intensificando novamente os conflitos sectários. E ainda, apesar de ele ser subordinado de Osama bin Laden, suas práticas iam mais de acordo com as de seu antecessor, fato reforçado por compartilharem do mesmo credo salafistas (NAPOLEONI, 2015).

Em 2011, com a Primavera Árabe chegando na Síria, revoltas contra o governo se espalharam por todo o país. O governo de Assad já não podia conter as manifestações da população. A anistia, declarada em maio de 2011, permitiu que milhares de jihadistas, antes presos por crimes políticos, fossem soltos por todo o país. Ela foi de fato uma jogada política, para tentar se reconciliar com grupos terroristas e ao mesmo tempo, mostrar para o mundo que o que de fato a Síria enfrentava eram grupos extremistas e que o governo estava somente se defendendo dessa nova ameaça que era o terrorismo islâmico (LISTER, 2016).

A guerra civil na Síria reacendeu as revoltas no Iraque, o que coincidiu com a retirada das tropas americanas, que saíram completamente do território iraquiano justamente no mesmo ano, alguns meses depois. O exército iraquiano não estava preparado para enfrentar revoltas civis e rebeldes, muito menos o governo, o que acabou facilitando as ações do ISI no país. Na mesma época do deslocamento total das tropas americanas para o Kuwait, o emir do Estado Islâmico do Iraque, Abu al-Baghdadi enviou um comboio de jihadistas para a Síria para participar das revoltas contra o governo e se estabelecer no país. Entre os poucos homens que partiram rumo ao noroeste sírio, estava Abu Mohammed al-Jolani na liderança (COCKBURN, 2015a; HASSAN & WEISS, 2015).

Eles queriam se certificar de que a Síria poderia ser um lugar propício para um crescimento militar e propagação de seus ideais wahabistas¹⁷ - o qual era altamente financiado pela Arábia Saudita, dando mais um motivo para sua aliança financeira. A situação do grupo no Iraque era de incerteza e fragilidade – algo que não era mostrado ao mundo, muito pelo contrário, as propagandas na internet mostravam uma campanha feroz contra seus inimigos – e a investida no território sírio foi a uma tentativa – bem-sucedida – de restabelecer as forças do grupo (NAPOLEONI, 2015; COCKBURN, 2015a).

¹⁷ Ou “salafistas”. Em geral, os grupos islâmicos radicais sunitas seguem a linha wahabista, que é uma linha ultraconservadora que defende a volta aos princípios pregados no nascimento da religião, nos séculos VI e VII. Para essa linha, todos os que não são sunitas e/ou islamistas devem ser combatidos pois não são dignos de viver, já que não vivem de maneira digna, ou seja, de acordo com a sharia (Demant, 2013).

Eles realizaram ataques a bomba desde que chegaram no país, no fim de 2011, mas só reivindicaram a autoria dos ataques quando anunciaram que eram um grupo rebelde, em janeiro de 2012, quando nomearam-se Jabhat al-Nursa. Porém não revelaram sua ligação com o ISI ou com a AQI, apesar de compartilhar das receitas deste para se manter operante. O grupo começou a rebelião armada no país, com o intuito de libertar o povo da tirania do governo de Assad (LISTER, 2016).

O emir da al-Nursa, tinham um *modus operandi* diferente e mais parecido com o de al-Zawahiri na luta contra os seus inimigos. O apoio que ele conseguiu da população se deu pela sua construção ao longo de meses de um grupo inserido nas tribos sírias e sem a luta sectária, que o Estado Islâmico empregava no Iraque - e que ele mais tarde também faria na Síria. A sua clandestinidade e formação inicial silenciosa também lhe rendeu o reconhecimento como uma das frentes armadas contra o governo mais eficientes em seus ataques. Ainda, ao encontro dos objetivos do governo, muitos dos terroristas anistiados em 2011, se juntaram a al-Nursa para combatê-lo (HASSAN & WEISS, 2015).

A guerra civil síria é, assim, combatida em três frentes, as quais cada vez deixam o governo mais confortável em sua posição. A oposição, em geral luta entre si para ganhar territórios e aumentar sua zona de comando. O que acaba poupando o governo de enfrentar e eliminar as forças opositoras contra seu governo, visto que elas mesmas fazem isso entre si. O governo só entra em confronto quando é atacado diretamente. Dessa forma, além de pouparem as forças do governo, os grupos mais fortes como al-Nursa, e mais tarde, o próprio Estado Islâmico, garantem seus suprimentos bélicos, visto que uma grande fonte de fornecimento são os armamentos dos grupos derrotados (BECKER 2015).

A ligação que a al-Nursa estabeleceu com a população local, inclusive os não-islâmicos, fez com que o povo apoiasse e inclusive aceitassem a ideia de uma revolução armada, o que antes a população rejeitava. Desde então, até a chegada do Estado Islâmico na Síria, o grupo al-Nursa se manteve como o maior e mais bem articulado grupo jihadista de oposição ao governo. Os confrontos se davam não somente contra o governo, mas também contra o Exército Sírio Livre, que também era de oposição ao governo, porém oposição a grupos jihadistas também. E por reconhecer o caminho que a al-Nursa estava trilhando, al-Baghdadi decide agir (AL-TAMIMI, 2015; LISTER, 2016).

Em 2013, com a tomada da cidade de Raqqa pelo ISI, na Síria, al-Baghdadi anunciou de maneira pública a sua ligação com a al-Nursa e revelando como esta se originou, em 2011. Reconheceu al-Jolani como um dos seus combatentes que fora designado para liderar o novo braço do grupo na Síria e anunciou a união dos dois grupos como um só, sob o nome de Estado Islâmico do Iraque e al-Sham (ISIS, sigla em inglês). Al-Jolani não aceitou a união, ofendeu-se com o anúncio sem um aviso prévio. Agradeceu publicamente todo o apoio que al-Baghdadi e o ISI haviam lhe dado para a sua formação, porém deixou claro que sua lealdade e submissão se dava para o emir da al-Qaeda, al-Zawahiri, renovando sua lealdade¹⁸ a ele (HASSAN & WEISS, 2015; LISTER, 2016).

A incompatibilidade dos grupos acabou trazendo desconfianças para a fusão - muito embora ela não tenha chegado a ocorrer. Os objetivos de al-Baghdadi eram claramente de se aproveitar do estado de caos em que a Síria estava imersa e controlar áreas em que pudesse estabelecer regiões de controle para o futuro Califado, enquanto a al-Nursa estava empenhada em derrubar o governo, em uma jornada mais nacionalista e comprometida com a população (NAPOLEONI, 2015).

Alguns meses depois, al-Zawahiri entrevistou entre os dois afiliados, tentando não tomar partido, mas deixando claro que cada um deveria permanecer focado em sua luta e que os dois lados haviam cometido erros. Ou seja, a al-Nursa deveria ficar na Síria, e Estado Islâmico do Iraque, no Iraque. Al-Baghdadi não aceitou o veredicto, pois alegava que isso era reconhecer as fronteiras impostas pelo Ocidente, o que ele não poderia aceitar, e continuou com o projeto do ISIS, mantendo a denominação (HASSAN & WEISS, 2015; NAPOLEONI, 2015).

Muitos dos combatentes da al-Nursa migraram para o Estado Islâmico, assim que ele chegou na Síria, pois achavam que o grupo tinha mais força, rachando o grupo de al-Jolani em dois. Com essa divisão, o Estado Islâmico acabou sendo formado por uma maioria estrangeira, enquanto a al-Nursa era formada por uma maioria síria. O ISIS, tinha suas ferramentas de atração de combatentes, convencendo-os de que o combate com o grupo era mais vantajoso para eles. Isso aconteceu não só com combatentes da al-Nursa, mas com soldados do Exército Sírio Livre e de outros grupos jihadistas também (LISTER, 2016; ERLICH, 2014).

¹⁸ Bayat se chama o ritual de submissão a um emir. Um juramento islâmico que anuncia sua total lealdade a um indivíduo.

O governo sírio aprofundou ainda mais a sua política de não enfrentamento direto com os grupos terroristas. A população em geral tinha medo do Estado Islâmico e de sua lei da xaria, apoiando, em sua maioria, a al-Nursa (HASSAN & WEISS, 2015). O Estado Islâmico, como um grupo mais violento e com o intuito de acabar com a al-Nursa e outros grupos armados no país, age em acordo com o governo, pois os dois se beneficiam com o não enfrentamento direto (BECKER, 2015).

O governo abertamente se foca em combater o Exército Sírio Livre e outros grupos jihadistas menores que não estão dispostos a compactuar com ele. Enquanto que para Assad é vantajoso ter um grupo extremistas que faz o papel da repressão em seu lugar e que ao mesmo tempo está na oposição, colocando-o no papel de vítima de uma guerra violenta na qual a única saída é que seu governo consiga se restabelecer para então colocar o país em ordem novamente (COCKBURN, 2015a).

O Estado Islâmico também não luta contra o governo diretamente, sua política é de deixar os outros grupos combaterem o governo e somente então, tomar o território desses grupos (ERLICH, 2014). Há uma parceria comercial entre o governo e o EI, e até mesmo entre a al-Nursa, onde estes mantem as reservas de petróleo sob seu comando e depois vendem o petróleo para o governo. Como Weiss e Hassan (2015, p. 200-201) expõem “al-Assad e o EI são, no mínimo, aliados tácitos em uma guerra comum contra o Exército Sírio Livre e os rebeldes islamistas (...) para o EI, combater o regime não quer dizer derrubar Assad. A ideia é expandir o seu controle”. O governo sírio, do mesmo modo, não tinha como prioridade combater o ISIS, segundo o um oficial sírio (HASSAN & WEISS, 2015).

Muito embora os Estado Unidos, tenha subestimado o potencial do Estado Islâmico, agora vê como única saída para combater o grupo uma aliança com países do Oriente Médio que antes eram seus principais inimigos na região, como o Irã, que atualmente luta de maneira constante contra o grupo no Iraque. Anteriormente, eles estavam abertamente financiando os grupos opositoristas seguramente não ligados ao terrorismo, o que mais tarde, se mostrou mais errôneo, pois o governo americano sabia que os grupos rebeldes acabavam repassando seus armamentos para grupos como o Estado Islâmico e a al-Nursa nas suas contínuas derrotas para eles, porém o governo somente ignorava essa informação (COCKBURN, 2015a). Por sua vez, a

Rússia, fornecia armas ao governo de al-Assad, para combater os rebeldes, na busca de garantir seus privilégios na região, os quais o governo atual lhes proporcionava (NAPOLEONI, 2015).

Consoante, Joe Biden (2014, apud COCKBURN, 2015a, p. 39)¹⁹ declarou que

A Arábia Saudita, a Turquia e os Emirados Árabes estavam muito determinados a derrubar Assad e, em essência, provocar uma guerra por procuração entre sunitas e xiitas. O que fizeram? Destinaram centenas de milhões de dólares e dezenas de toneladas de armas a qualquer um disposto a lutar contra Assad. Porém, as pessoas que estavam sendo abastecidas eram al-Nursa e al-Qaeda e extremistas da jihad vindos de outras partes do mundo.

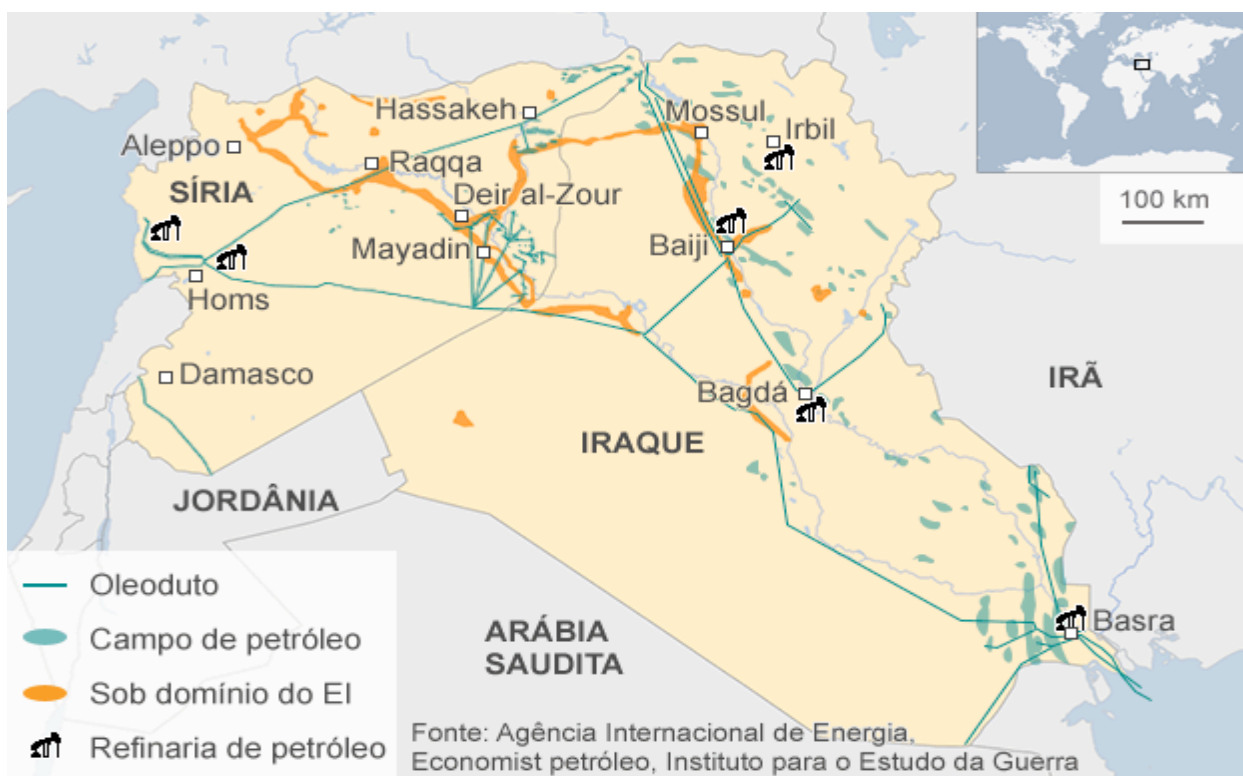
Al-Baghdadi, sabendo das jogadas políticas da região, buscou explorar vantagens dos atores políticos dessa guerra para consolidar o alicerce econômico para seu grupo. Kuwait, Qatar e Arábia Saudita se ofereceram para financiá-lo, o que lhe garantiu acesso a tecnologia ocidental, em especial norte-americana – já que estes Estados são aliados políticos e econômicos dos Estados Unidos. Não só o Estado Islâmico, mas qualquer grupo que oferecesse ofensiva contra o governo de Assad tinha forte financiamento tanto bélico quanto econômico dos países do Golfo. Do lado de Assad ainda, o Irã combatia, em uma coalizão com seu aliado de longa data. O que era mais um motivo para as forças dos Golfo estarem tão dispostas a derrubar Assad (NAPOLEONI, 2015).

É sabido que a AQI, assim como o Estado Islâmico depois dela, não sobreviviam somente de extorsões e sequestros. Além dessa prática, a al-Qaeda desenvolveu uma imensa rede de comércio ilegal de armas roubadas do exército norte-americano. Eles vendiam esse armamento para outros grupos insurgentes. (HASSAN & WEISS, 2015). Outra fonte de renda do grupo, seriam os impostos cobrados da população sob o pretexto da manutenção do território e da segurança, o que gerava grandes quantias de recurso para o grupo (AL-TAMIMI, 2015). E por fim, de extrema importância era a venda de petróleo contrabandeado de refinarias da região. O roubo, depois que o ISIS se instaurou na Síria, não foi mais necessário, pois o grupo passou a ocupar parte do território sírio que estava sobre as reservas de petróleo do país. O monopólio do fornecimento de água na região também somou no seu montante final (BECKER, 2015).

O mapa abaixo mostra os locais de controle do grupo onde oleodutos cruzam e a refinaria de petróleo que o grupo controla ao norte do Iraque. Dessa forma, inclusive o governo tratava com o grupo a compra de petróleo para o abastecimento da Síria.

¹⁹ Fórum John F. Kennedy Jr, no Instituto de Política da Universidade de Harvard, em 2 de outubro de 2014.

Figura 1: Controle do EI sobre refinarias e oleodutos de petróleo



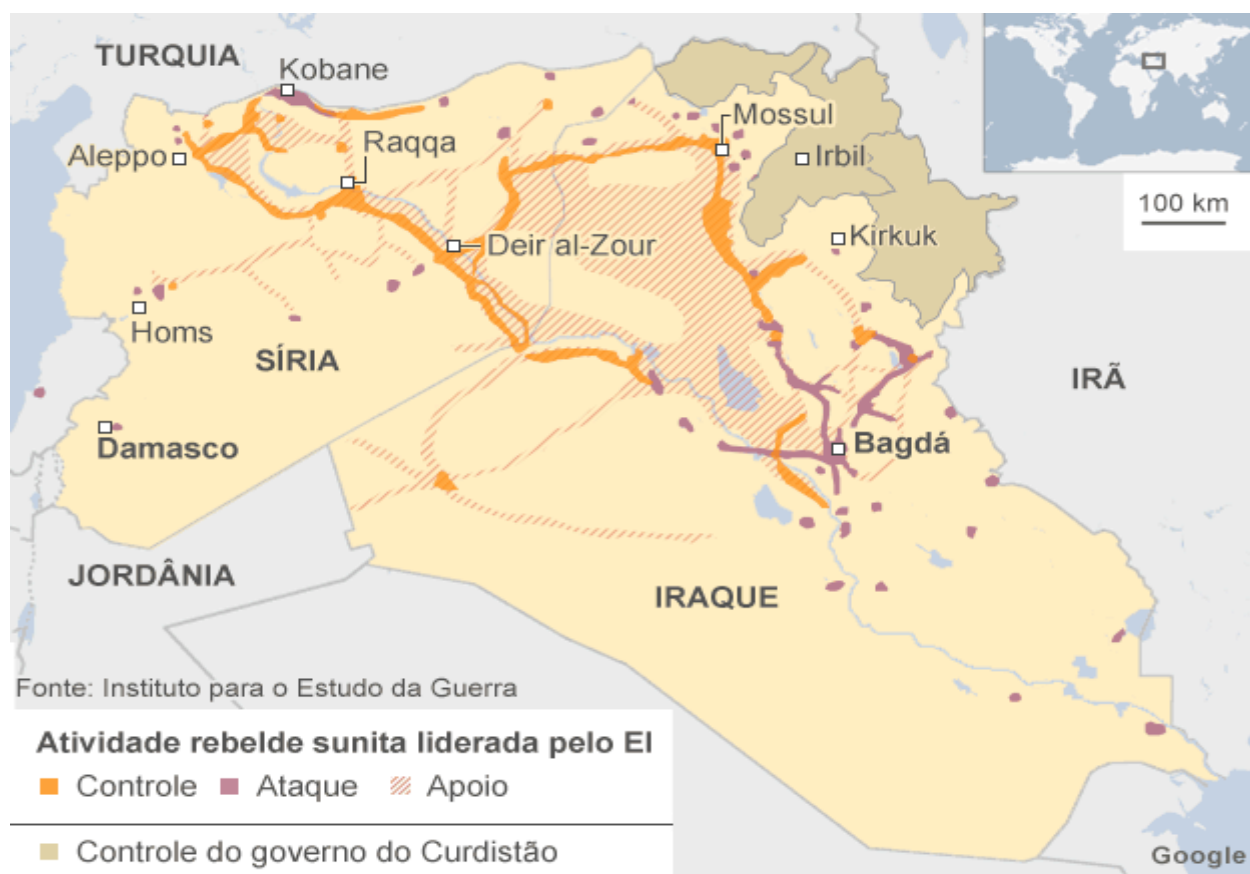
Fonte:BBC Brasil, 2014. Elaborado por: BBC World Services

Com essa autonomia econômica, gerada por sua inteligência em gerir seus fundos e patrocínios, o grupo atualmente teria uma renda de US\$ 2 bilhões, seguindo o mesmo rumo da OLP (Organização pela Libertação da Palestina), que em meados de 1990 tinha uma renda maior que o PIB de alguns Estados do Oriente Médio (NAPOLEONI, 2015). Inicialmente, essa situação gerou-se com o apoio de vários Estados aos grupos opositores ao governo Assad, inclusive a al-Qaeda. Os recursos viriam em diferentes quantidades e tempos dos Estados Unidos, Europa, Arábia Saudita, Qatar, entre outros (BECKER, 2015).

Em 2013, o grupo jihadista muda seu nome para Estado Islâmico do Iraque e do Levante (al-Sham), quando derruba a fronteira entre Iraque e Síria e passa a atuar nos dois países – em referência ao território que pretendem conquistar, chamado originalmente de Levante, e que remete a partes dos territórios da Síria, Líbano, Israel e Jordânia. Usam esse nome em negação ao tratado de Sykes-Picot, o qual anunciam abertamente que pretendem acabar por se tratar de uma imposição do Ocidente aos povos árabes (HASSAN & WEISS, 2015).

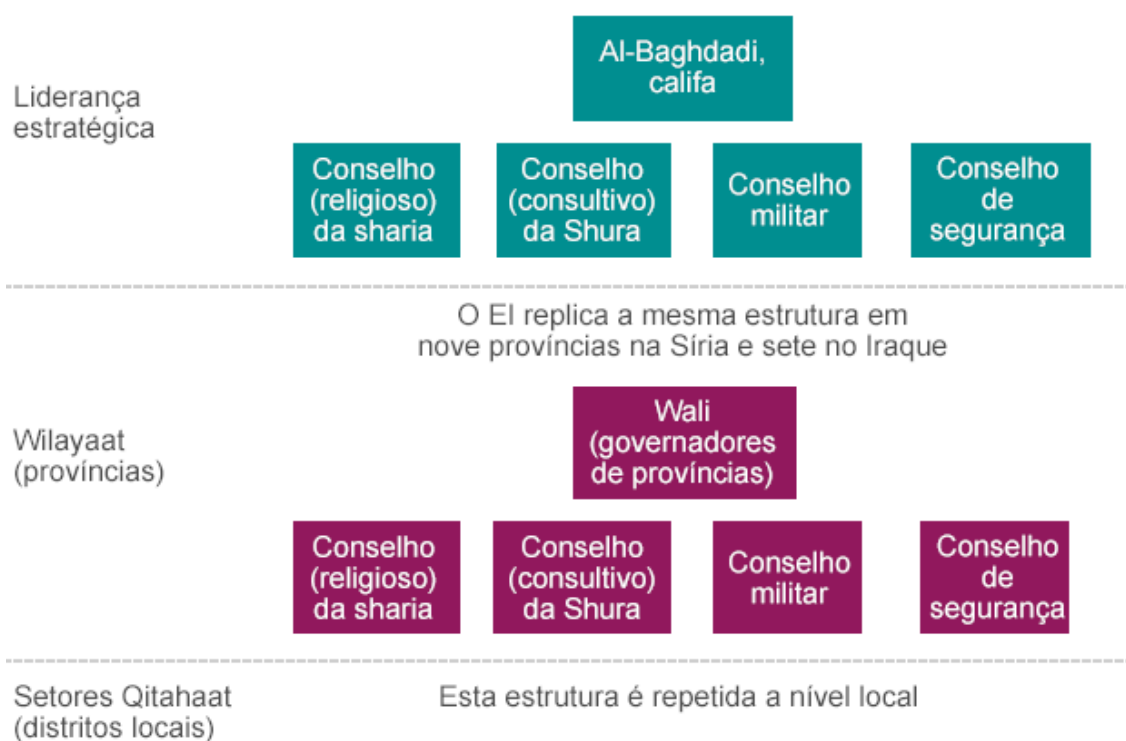
Em junho de 2014, alguns meses após o rompimento oficial da al-Qaeda com o grupo, eles tomaram a cidade de Mosul e derrubaram as fronteiras com a Síria. Dessa forma, declarando o fim do Sykes-Picot e repudiando a sua existência. Por consequência, desafiou as ordens de seu antigo superior, líder da al-Qaeda, al-Zawahiri. O rompimento botou os dois grupos frente a frente, combatendo agora pela maior quantidade de território na Síria. A maior derrota da al-Nursa para o ISIS, inicialmente, foi na província de Raqqa, quando os primeiros sinais da tomada da cidade apareceram – o posto de controle do ISIS, o da'wah, foi estabelecido na região - e lá estabelecendo sua capital de fato. Nesse mesmo momento, o grupo mudou de nome novamente, escolhendo somente Estado Islâmico como sua identificação e proclamando então o Califado islâmico que ia desde Aleppo, na Síria, até Diyala, no Iraque, como mostra o mapa abaixo (AL-TAMIMI, 2015; ERLICH, 2014; BERCITO, 2015).

Figura 2: Atividade rebelde sunita liderada pelo EI



Desde 2006, quando se instaurou, o grupo vem aprimorando sua apresentação como uma organização e não como um mero grupo terrorista. Atualmente, o grupo é institucionalizado, e esse estabelecimento deriva desde sua aparição como ISI, quando começou a nomear ministros para cada área de suas divisões. Na declaração do Califado, institucionalizou-se os Diwans, que seriam um tipo de departamentos governamentais, cuidando de todas as áreas que um governo deve cuidar para sua população, a fim de tratar o território como um real Estado soberano (AL-TAMIMI, 2015). Abaixo mostra-se a estrutura de governo do EI quando se instala localmente

Figura 3: Estrutura de Comando do Estado Islâmico



Fonte: equipe de investigação sobre o EI

Fonte:BBC Brasil, 2014. Elaborado por: BBC World Services

Quando o Estado Islâmico se estabelece em uma cidade ele instaura, em primeiro lugar a lei da Sharia e um lugar, chamado de Praça Hudud, onde o grupo pune quem ousa desobedecer às ordens da lei. A lei vai desde os hábitos particulares dos lares até os comportamentos públicos e do comércio. Sua divisão, como já vimos, se dá em províncias e distritos e cada uma tem um líder e seu próprio sistema de regulamentação, mas todos sob as mesmas leis. Além disso, sua divisão militar é hierárquica, para reduzir os riscos de deserção e

formação de milícias. Os principais centros são Raqqa, na Síria, e Mosul no Iraque, cidade que marcam o território controlado pelo grupo na proclamação do Califado, que controla parte da região do Levante, entre o Iraque e a Síria – atualmente sem a fronteira demarcada, sendo um só território (NAPOLEONI, 2015; HASSAN & WEISS, 2015).

Muitos dos sunitas vivendo sob o Califado instituído pelo ISIS não gostavam de seus novos governantes e sentiam-se ameaçados por eles. No entanto, temiam ainda mais o exército iraquiano, as milícias xiitas e os curdos no Iraque, ou o exército da Síria e as milícias favoráveis a Assad nesse país (COCKBURN, 2015a, p. 37).

4.2 O Califado

Após a proclamação do Califado, no dia 29 de junho de 2014, o agora Estado Islâmico, clamou a todos os muçulmanos do mundo para apoiarem e darem a bay'a ao Califa Ibrahim (al-Baghdadi). Porém essa decisão não foi recebida com consenso pela comunidade muçulmana, tanto islamistas como sunitas moderados. Segundo estudiosos islâmicos, o Califa deveria seguir certos pré-requisitos para ocupar essa posição, e não somente ser eleito, como aconteceu com al-Baghdadi, embora ele ainda assim, se encaixe de certa forma. A ambiguidade e a distorção das tradições ao longo dos anos fazem com que a proclamação do novo califa seja, de certa maneira, tolerável entre a comunidade, com exceção da al-Qaeda, a qual logo em seguida declarou seu próprio Califa “de oposição”, alegando que al-Baghdadi não tinha todas os pré-requisitos para ser um califa (WAGEMAKERS, 2015; BUNZEL, 2015). As disputas não cessaram entre os dois grupos, o que só aprofundou ainda mais a guerra civil em que estavam mergulhados Iraque e Síria.

A essa altura, o Estado Islâmico já dominava grande parte do território dos dois países. Seu domínio ia de Fallujah, no Iraque, até Aleppo, na Síria. Dos grandes centros tomados pelo EI, Fallujah foi a primeira a cair nas mãos, em janeiro de 2014. Um cenário parecido com o de 2006, quando a al-Qaeda do Iraque tinha grande parte do país sob seu controle. Ao final da década o grupo parecia ter perdido força, porém a nova onda de revolução na Síria, em 2011, reacendeu os ânimos dos jihadistas, que viram uma oportunidade de se expandir para o país vizinho e também de se refortalecer no Iraque. Sua expansão não se limitou as áreas sunitas e xiitas, mas também investiu contra o Iraque Curdo. Dessa forma, sua dominação se dava em todas as regiões sectárias e controlando as grandes cidades espalhadas como Aleppo, Raqqa e

Kobane, na Síria e Mosul, Samarra, Fallujah e Bagdá (REUTERS BRASIL, 2016; ROSEN, 2014).

Após a proclamação, em setembro de 2014, os Estados Unidos e forças aliadas, mantendo a posição de não enviar forças terrestres na guerra civil da Síria, enviou forças aéreas para atacar milícias sunitas rebeldes no país, na cidade de Raqqa, a capital de fato do Califado e na fronteira derrubada pelo grupo. Os aliados que atuaram com os EUA nessa investida foram Barein, Jordânia, Qatar, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos o que é de fato chama a atenção por unir os Estados do Golfo sob um único objetivo: conter e eliminar as forças jihadistas. A coalizão já liderou centenas de ataques ao grupo terrorista nos dois países, mas principalmente no Iraque, onde o grupo tem mais força (BBC, 2014). Apesar de os ataques ajudarem na tomada de território por grupos opositores, é pouco provável que a FSA consiga avançar de maneira significativa sobre esses territórios e ainda facilitaria a retomada pelo governo, dessas áreas. Apesar de o emissário oficial dos EUA admitir que isso poderia ser uma preocupação, garantiu que não iria ser tão fácil para o governo como poderia parecer (COOPER & SCHMITT, 2014; LISTER, 2015).

Um das estratégias seria o treinamento e armamento de grupos opositores moderados, pela Arábia Saudita. Sendo-lhes fornecidos treinamento militar, equipamentos de guerra para voltarem a Síria como verdadeiros soldados (COOPER & SCHMITT, 2014). De fato, essa estratégia já não dera certo no Iraque, com a al-Qaeda e também com o ISI. Desta vez não foi diferente. No início de 2015, grupos moderados abastecidos pelos EUA com armamentos foram derrotados e dispersados pelo braço da al-Qaeda na Síria, a al-Nursa. Dessa forma, os jihadistas, mais uma vez lograram obter armamentos norte-americanos através de terceiros – prática comum na guerra da Síria tanto para a al-Nursa quanto para o EI (SLY, 2015).

Dada a situação da região, não se podia mais ignorar o fato de que milhares de pessoas fugiam de suas casas em busca de sobrevivência. A passo que a CIA calcula que haja por volta de 30 mil combatentes do EI na Síria, em sua maioria estrangeiros que migraram para a região para lutar a jihad - número que aumentou com a instauração do Califado -, a estimativa de pessoas que deixaram o país fugindo da guerra, em 2014 estava em três milhões. A maioria fugiu para o Líbano e Turquia em busca de paz. Já os principais fornecedores de jihadistas eram Tunísia, Arábia Saudita e Jordânia – embora alguns também venham da Europa (BBC, 2014).

As ofensivas do EI matam milhares de xiistas, curdos, cristãos e até mesmo sunitas que se negam a seguir a xaria. Eles já deslocaram milhões de pessoas em suas ofensivas pelos dois países; e quem não segue suas instruções é brutalmente morto, com a justificativa de desobedecer às leis supremas da xaria (COCKBURN, 2015b). Para o autor,

No Iraque e na Síria, estamos de volta a um período de drástica mudança demográfica, jamais vista na região desde que os palestinos foram expulsos ou forçados a fugir pelos israelenses em 1948, ou quando os cristãos foram exterminados ou empurrados para fora do que hoje é a Turquia, na década que se seguiu a 1914. As sociedades multiconfessionais do Iraque e da Síria estão se esfacelando, com conseqüências terríveis. Potências estrangeiras não sabiam ou não se importavam com os demônios sectários que estavam liberando, nesses países, ao quebrar o velho status quo. Uma sociedade inteira foi destruída, e o mundo fez muito pouco para deter esses acontecimentos. Apesar de uma recente onda de atividade diplomática, nenhum dos muitos atores na crise síria mostra urgência na tentativa de acabar com eles. A Síria e o Iraque estão no centro das crises atuais de refugiados também de uma outra maneira. É lá que o Isis e grupos tipo al-Qaeda controlam parte significativa do território e conseguem espalhar seu veneno sectário para o resto do mundo islâmico (COCKBURN, 2015b, on-line).

Diante da mobilização das forças ocidentais, uma mudança no comportamento das propagandas do EI também podem ser vistas. Desde o início, o incentivo dos jihadistas se dava na direção de atrair pessoas que compactuassem com o seu pensamento para dentro do Iraque e da Síria para recrutá-las para as lutas dentro do Levante. Porém a nova tática do grupo é não só atuar dentro do Oriente Médio, mas sim atacando diretamente o Ocidente. As propagandas agora são voltadas para o incentivo de atuações onde quer que estejam. Ataques como os de Paris, o de Bruxelas, o de Orlando e o de Sidney são exemplos de ataques os quais os grupos que os perpetram não são membros do grupo terrorista, mas afiliados no caso de Bruxelas, ou seguidores nos outros ocorridos²⁰ (RAMOS, 2016).

Os ataques feitos pela coalizão liderada pelos Estados Unidos em 2015, apesar de intensos, não eram o suficiente para conter o grupo, que ganhou bastante espaço desde 2014. O *Think Tank* Institute for Economics and Peace (IEP) alertou que se a intensidade dos ataques não

²⁰ São os chamados “lobos solitários” os quais se identificam com um ideal e são seduzidos ou sensibilidos pela ideia de protagonizar um evento em nome do ideal. Eles podem ter ou não vínculos diretos com a organização terrorista. (PEDUZZI, 2015)

crecesse, o grupo se fortaleceria e usaria de retaliação grupos aliados para espalhar ainda mais o seu alcance (INSTITUTE FOR ECONOMICS AND PEACE, 2015). Em 2016, apesar de as ofensivas terem sido intensificadas, o EI retaliou os ataques de maneira cada vez mais brutal, na tentativa de talvez tirar a atenção para as perdas que viria a sofrer (CORDESMAN, 2016).

Em maio de 2016, o Exército do Iraque lançou uma ofensiva contra a cidade de Fallujah, um importante centro para o Estado Islâmico, afim de enfraquecer seu poder no Iraque. Os confrontos duraram mais de um mês com a vitória do exército iraquiano. O EI controlava a cidade desde janeiro de 2014 e era um importante centro de comando do grupo, visto que fica a somente 50 km da capital Bagdá (REUTERS BRASIL, 2016).

Com a instabilidade na região, algumas mudanças de política por parte dos atores Estatais foram tomadas. A Turquia, em 2016, decidiu não seguir na linha de tentar derrubar Assad do governo sírio, mas sim apoiar um governo de transição, bem como assinalar uma possível normalização das relações entre os dois países. Complementando a sua política de normalização das relações com Rússia e Israel. As tensões que o EI causou na região, e pior, que pode vir a causar, fizeram com que Estados, sem relações desde longa data, se empenhassem em lutar juntos, ou pelo menos do mesmo lado (HARRIET, 2016). As promessas foram de um papel mais ativo com relação aos confrontos sírios contra o EI assinalando que Irã, Turquia, Rússia e EUA deveriam trabalhar juntos para acabar com a ameaça que o grupo representa para a região (AL-JAZEERA, 2016).

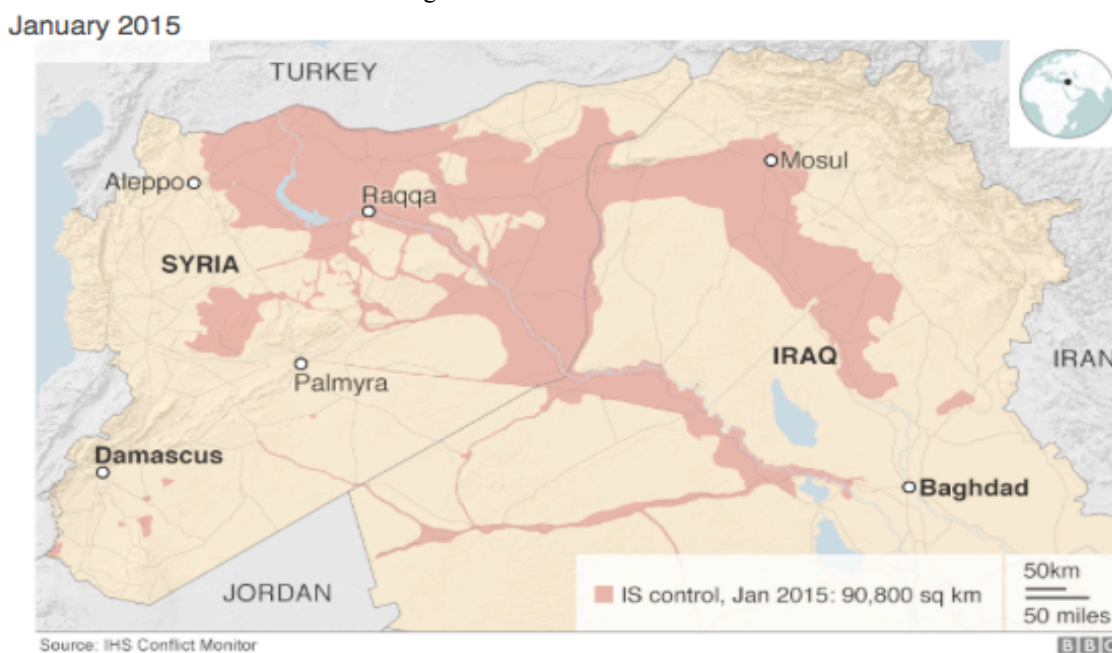
Também em 2016, a coalizão, liderada pela oposição síria e apoiada pelas forças turcas e drones americanos, tomara a cidade de Jarablus, a maior cidade perto da fronteira com a Turquia em um raio de 800 quilômetros. Logo em seguida tanques turcos chegaram até a borda síria para evitar novo avanço do Estado Islâmico. Apesar de estarem lutando do mesmo lado, a Rússia alertou para o perigo da ofensiva turca tanto risco civil quanto risco de incentivar brigas sectárias (SHAHEEN, 2016).

Apesar das divergências entre os membros da coalizão, as investidas parecem estar resultando em um enfraquecimento do grupo na região, principalmente no Iraque (LISTER, 2015). Vários veículos de informação apontam uma visível deterioração na posição do grupo na sua zona de combate. Antes seu domínio, se visto no mapa, era como uma mancha homogênea entre o Iraque e a Síria, já atualmente, vários enclaves já se formaram em seu território,

reforçando a ideia de que o EI só é o que ele é hoje porque o Ocidente e seus aliados lhes deram os meios para isso, tanto políticos, quanto econômico (RAMOS, 2016).

O presidente Obama anunciou, em entrevista oficial da Casa Branca, em agosto de 2016, que as forças de coalizão haviam tomado Fallujah, e que agora o único bastião do EI no Iraque era Mossul. Enquanto isso, na Síria, a coalizão tomou a cidade de Manbij, a qual era um grande ponto de entrada e saída dos guerreiros do Estado Islâmico no país. As investidas feitas contra o grupo na cidade foram duramente combatidas por ele, porém as forças de coalizão - lideradas pelos exércitos iraquiano, no Iraque, e na Síria pelos grupos anti e pró governo e pelas forças curdas – não perderam nenhum território que reconquistaram do EI, afirmou Obama. Ressaltando que o grupo não é invencível, porém a situação da região era delicada e somente forças militares não seriam suficientes para derrotar o Estado Islâmico (OBAMA, 2016).

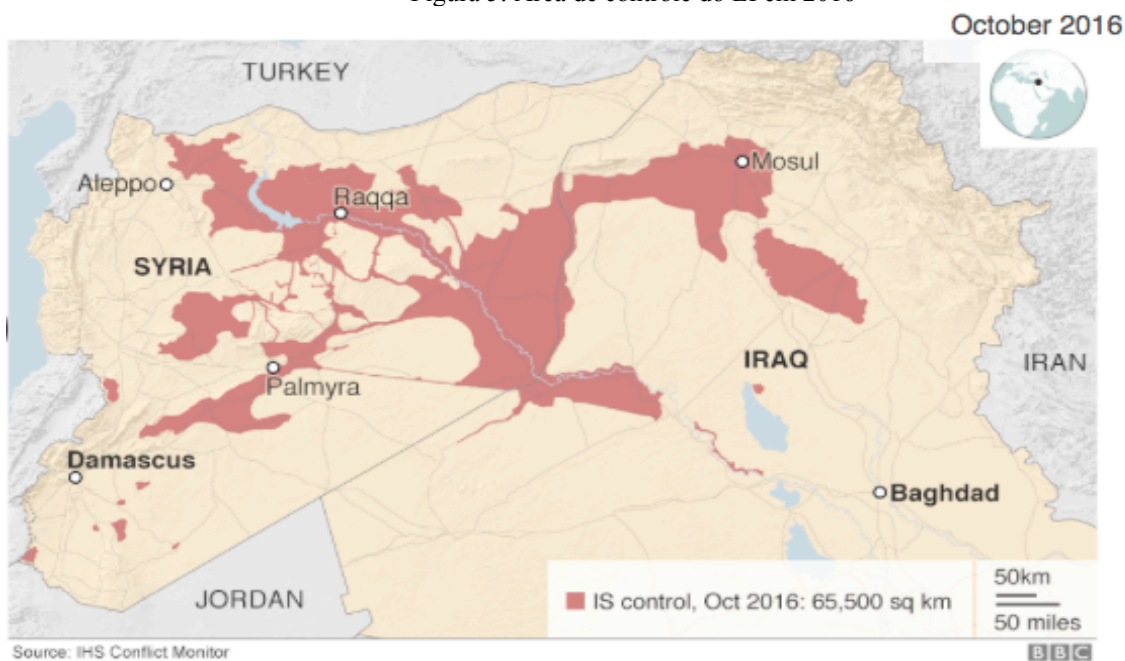
Figura 4: Área de controle do EI em 2015



Fonte: BBC News, 2016. Elaborado por BBC.

De acordo com o IHS Conflict Monitor, em outubro de 2016, o grupo tinha perdido 16% do seu território desde o início do ano. E perdeu um quarto do seu controle desde janeiro de 2015 (BBC, 2016a) O departamento de defesa norteamericano estima que entre agosto de 2014 e fevereiro de 2016, o grupo tenha perdido entre 25% e 30% das áreas que tinha (U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE, 2016). Ilustrado nos mapas abaixo:

Figura 5: Área de controle do EI em 2016



Fonte: BBC News, 2016. Elaborado por BBC.

Após a tomada de Fallujah, as investidas contra o Estado Islâmico se voltaram para Mosul, em outubro, com o objetivo de retomar a cidade do controle do grupo. A tomada da capital da província de Nineve pelos insurgentes jihadistas, em junho de 2014, significou grande perda para o Iraque, visto que era a segunda maior cidade rica em petróleo do país. Significou também a proclamação do califado do EI, dessa forma, a cidade é de grande importância para o EI (BBC, 2016b). James Clapper, diretor da Inteligência Nacional dos EUA, afirmou que o grupo já está sofrendo perdas consideráveis tanto territoriais quanto de efetivos. Afirma também que Mossul será retomada pelas forças de coalizão, mas que não acredita que isso seja algo rápido a ponto do presidente Obama liderar essa vitória (U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE, 2016).

A ofensiva mobilizou todas as forças da coalizão e foi anunciada pelo Primeiro Ministro do Iraque al-Abadi. Forças do exército iraquiano, forças curdas e algumas forças pró-governo (SHAHEEN, 2016). A ofensiva já dura um mês, porém sabe-se que a ofensiva deverá se dar em mais de uma fase, visto que o grupo jihadista deixa células dormentes para trás, caso haja possibilidade de retomar a cidade. (JONES, 2016; NARAYAN, 2016). Ao final de outubro, havia somente um centro urbano em Mosul que ainda era dominado pelo Estado Islâmico, porém ele ficou isolado pelas forças de coalizão.

É esperado um longo conflito, que pode se arrastar meses até seu resultado final. Forças iraquianas atacam pelo sul da cidade, pelo norte as forças curdas tomam conta da frente. Tanto forças sunitas como forças xiitas lutam nas frentes contra o EI. Calcula-se que haja 6 mil homens para lutar pela jihad e mais 600 mil esperando o desfecho para somar força (BBC, 2016b).

Mosul é previsto para ser um caso prolongado e difícil. A tomada da cidade é um desafio mais crítico ainda para o califado de dois anos do EI, que destruiu a autoridade estatal no coração da região, causou um êxodo maciço de refugiados, tentou um genocídio de minorias e levou a sérias dúvidas sobre o futuro do país (CHULOV & SUMMERS, 2016 on-line)

A vitória sobre o EI, e também a recuperação de Mosul, significariam uma grande vitória para o governo de al-Abadi, pois representaria a retomada do poder militar iraquiano ganho de credibilidade com a população, o que é de extrema importância em momentos de instabilidade como esse.

A batalha por Mossul ainda não terminou e não parece em vias de terminar, embora o grupo tenha perdido bastante controle da cidade, ele ainda se mostra disposto a lutar pelo seu território. De acordo com um dos generais das forças curdas “para o EI, Mossul é a sobrevivência”, ou seja, nada será mais difícil do que reconquistá-la. (JONES, 2016).

Um mês após as investidas da coalizão contra Mossul, as investidas contra Raqqa, a capital de fato do EI na Síria, começam. As forças sírias serão cobertas pelas operações aéreas norte-americanas e buscam pressionar as frentes do EI, já eles estão sofrendo dois ataques intensos simultaneamente. As forças curdas e as milícias árabes avançam e ganham terreno pelo norte da cidade. (BBC, 2016a)

As duas lutas ainda estão longe de acabar, muito embora, segundo Mark Lowen, a batalha de Raqqa vá ser muito mais difícil e duradoura, visto que o EI sabe que se perdê-la, não conseguirá se recuperar dentro da Síria. (BBC, 2016a; SAID, 2016). Os dois lados da guerra sabem dessa condição, nota-se tanto pela maneira como o EI se expressa em seus vídeos para sua comunidade internacional, quanto no discurso de Obama, onde ele expõe que nada enfraqueceria mais o “Califado” do que acabar com as suas capitais no Iraque e na Síria (OBAMA, 2016).

A guerra na região, porém, não se trata somente de espaço de poder e sim de um problema intrínseco que a guerra só veio a intensificar. Os EUA já tiveram a prova de que não é possível solucionar o problema iraquiano de fora para dentro. A dispersão política no país só foi

agravada pela intromissão norteamericana em 2003, e dessa vez o desfecho seria o mesmo. Na Síria, a situação não é muito diferente. A dispersão política, gerada a partir da rachadura política em 2011, fez com que as estruturas do governo em exercício já não sirvam mais para a população (CORDESMAN, 2016).

Dessa forma, não adianta tentar derrotar o Estado Islâmico como objetivo último para acabar com as instabilidades da região. A coalizão formada por Turquia, Arábia Saudita, Irã, Rússia e EUA só se uniu sob o mesmo objetivo porque o EI ameaçava sugar a força que essas instabilidades internas poderiam gerar para se expandir de uma maneira até então nunca vista. A questão que fica porém é que o Estado Islâmico não é a causa do problema e sim um grupo jihadista oportunista e que soube trabalhar com o que tinha a seu favor. Assim, Cordesman (2016) afirma:

Não é suficiente focar-se somente no EI ou mesmo derrotá-lo. Não basta ganhar tempo negociando um cessar-fogo limitado ou o cessar das hostilidades na Síria. Uma estratégia funcional também deve olhar para além da dimensão militar e reconhecer também a importância da dimensão civil na Síria e no Iraque - e deve lidar com os interesses e o papel dos principais atores externos como a Turquia, a Rússia, o Irã e os Estados árabes. A administração deve olhar além das táticas e dos problemas imediatos e, pelo menos, deixar claro as principais metas estratégicas (CORDESMAN, 2016, tradução própria).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho, nota-se a fluidez do grupo em suas diferentes fases. O Estado Islâmico passou de um grupo terrorista, como vários outros, para uma instituição hierárquica bem definida e com várias frentes. Pode-se dizer que o Estado Islâmico é uma organização terrorista híbrida, pois ao longo de sua jornada foi complementando-se, atualmente sendo uma organização que atua tanto na frente militar, com suas técnicas de guerrilha, quanto na esfera civil, com suas instituições que regem o território no qual o grupo se instalou, e também atua na parte política, tratando o território que “governa” como um verdadeiro Estado institucionalizado, com seus ministros, suas redes de organização e sua lei instaurada (GANOR, 2015).

De extrema importância para essa evolução do grupo foi o espaço físico, político e temporal em que este foi criado. Em primeiro lugar, o grupo se formou em um período de extrema dificuldade financeira na região do Oriente Médio. O extremismo islâmico data desde o início do século XX, com a Irmandade Muçulmana. Porém, ao longo dos anos, a situação foi se aprofundando. As dificuldades econômicas e a marginalização da população perante a política e a globalização como um todo acabam por facilitar a revolta contra quem as pessoas acreditavam que eram os responsáveis por sua situação.

Dessa forma, a definição do grupo por um grupo terrorista que age por atos violentos e que atua de forma intensa, principalmente em épocas de crise se fortalece – apresentada na introdução -, pois nota-se que o grupo já se inicia dentro da segunda categorização, agindo por meios de atos extremistas. Porém com o surgimento das guerras do Iraque e da Síria e das crises políticas e sociais que surgem derivadas desses momentos, o grupo se aproveita para intensificar seus ataques e para se fortalecer ainda mais, o que acaba por intensificar ainda mais a situação de crise dentro desses dois países. Além disso, o uso da propaganda, fortemente influente na população e nos possíveis soldados jihadistas faz com que o quarto fator seja ainda mais acelerado no grupo. Além do que, nos mostra inclusive Napoleoni (2015), que o grupo iniciou uma nova maneira de fazer terrorismo, que seria através da propaganda; se utilizando de meios completamente ocidentais e modernos – indo contra a sua própria luta – e espalhando o terror e o caos nas populações iraquiana e síria e intensificando ainda mais a crise de refugiados atual.

No primeiro capítulo então, expõe-se a situação pela qual as populações do Iraque e da Síria passaram ao longo do século XX nas mãos das potências colonizadoras europeias. Nesse momento, além de uma divisão política dos Estados, cria-se uma mistura de sentimentos com relação ao seu colonizador. De um lado, uma parte da elite se alia a esses colonizadores, tendo acesso ao que o Ocidente poderia oferecer, de outro a população mais pobre vê sua marginalização aumentada, se submete a empregos cada vez mais mal pagos e a falências de pequenos negócios, aumentando ainda mais a estratificação social. Fica evidente a maneira restritiva pela qual a globalização chega a esses países. Nada seria mais inevitável que o crescimento de um sentimento antiocidental.

Atualmente, esse sentimento ainda está presente na população. Um pouco mais sofisticado, ele não só está nas populações que estão dentro do Oriente Médio, mas também as gerações de descendentes muçulmanos que sofrem preconceito e marginalização nos centros europeus e americanos. Dessa forma, essa variável vem se construindo desde a intromissão europeia em terras orientais. O tratado de Sykes-Picot, como foi visto, prendeu povos completamente diferentes sob uma mesma bandeira. Porém esse não é o maior problema, o problema é que as elites que governam esses Estados – apoiadas pelas potências patrocinadoras – impõem de maneira incansável e dura as suas crenças. Esse cenário, somado a vertentes mais conservadoras do islã, como por exemplo o wahabismo, acabam por unir pessoas sob grupos rebeldes que se utilizam de meios violentos e extremistas para se fazerem ouvir.

O Estado Islâmico, desde seu início, teve apoio de Estados que apoiavam esse tipo de vertente política, com a Arábia Saudita, e por países que simplesmente o apoiaram para benefício próprio, como a Síria de Bashar al-Assad. Ainda para agregar a esse contexto, o Ba'as, ao longo de sua jornada no poder deixou-se perder dos seus ideais iniciais, tornando os governos repressivos e autoritários, que aprofundaram o sentimento de ódio da população em geral, mas em especial desses grupos rebeldes.

Não se pode deixar de notar que as divergências entre os vários Estados dessa região também levaram ao fortalecimento do grupo. As diferenças de Síria e Irã com Arábia Saudita e Qatar, por exemplo, fazem com que as lutas internas sejam financiadas por atores estatais externos em prol de derrubar governos que não lhes são favoráveis para aumentar seu poder na região.

Não bastassem essas variáveis internas, de alta complexidade, as potências extra-regionais, encabeçadas pelos Estados Unidos, somam-se nessas disputas. O financiamento de Estados “amigos” pelos EUA na região para que estes aumentem seu poder e por consequência os EUA tenham acesso mais garantido, se dá de maneira vultuosa. Permitindo que esses Estados tenham ilimitados recursos para uma luta de poder que já dura décadas e a qual o Estado Islâmico só veio a ser mais uma variável.

Assim, antes da guerra civil síria, o Estado Islâmico já havia conquistado o seu lugar no Iraque. Sua jornada, iniciou de verdade após a chegada das tropas norteamericanas no país. O sentimento antiocidental, alimentado pela cultura wahabista, pregava a aversão a tudo e todos que não seguissem as leis das xarias e do islã. O que o ocidente, com certeza, não faz. A luta do grupo, iniciada em 2003, e financiada pela rede al-Qaeda, se tornou referencia dentro do mundo jihadista. A força e a brutalidade com que o grupo lutava contra as tropas dos EUA inspiraram a formação de vários pequenos grupos. Alguns dos quais depois teriam importante papel na história do Estado Islâmico. Importante para o sucesso do grupo, foi a situação da população no Iraque. A instabilidade política para o povo sunita veio a ser útil para o grupo, visto que dessa forma, houve um grande apoio da população para a sua entrada no país. Ela estava disposta a ignorar as atrocidades do grupo conquanto ele pudesse mantê-la segura de um governo xiita, apoiado pelo Ocidente.

Pode-se notar que o cenário pós 2003 intensificou as lutas sectárias, inclusive entre a população, que como dito no parágrafo anterior, estava disposta a ignorar atrocidades de um grupo terrorista para não sofrer perseguições sectárias. É um cenário complexo, visto que de uma forma ou outra as disputas sectárias não deixaram de ocorrer e inclusive aumentaram consideravelmente. A guerra da Síria, viria a reacender a chama jihadista, mais ou menos com a mesma proposta de 2003 – um novo campo de batalha surgia para o Estado Islâmico se instalar.

A Primavera Árabe, que como visto no capítulo 2, foi uma revolução forjada, para retirar governos indesejados do poder, não foi diferente de tantas outras revoltas que o Oriente Médio presenciou. A diferença desta para as outras era que desta vez o mundo presenciava esta “mudança” pela qual a região passava.

Aqui, porém, a estratégia não previu duas coisas na Síria: primeiro, que Assad fosse resistir tanto no poder. Os outros Estados árabes que implodiram em uma onda protestos –

independente do sucesso do movimento ou não - tiveram seus governos depostos. O governo sírio, no entanto, está disposto a tudo para não mudar o *status quo*. Segundo, não era esperado que o governo de Assad – por mais que seu histórico de relações com grupos terroristas seja de longa data – pudesse corroborar para o crescimento de grupos extremistas em seu território. O presidente sírio apoiou vários grupos terroristas em países vizinhos para benefício próprio. E fez o mesmo em seu país no intuito de se tornar a melhor opção que o povo sírio teria.

O Estado Islâmico teve amplo espaço para se expandir na Síria e assim, também se recuperar no Iraque após 2011. A intensificação das disputas intrarregionais que a possível queda de Assad trouxeram para o palco do Oriente Médio, fez com que “os serviços” oferecidos por grupos rebeldes fossem de alta estimada entre atores Estatais do Golfo, por exemplo.

Dessa forma, a guerra da Síria, que não é nada mais que uma guerra por procuração, onde o governo de Assad, representa um obstáculo as forças opositoras da região para enfraquecer o Irã e onde a guerra do Iraque serviu de incubadora para os recursos não estatais que lutam hoje nas frentes de batalha – grupos jihadistas – se fortalecerem. Al-Qaeda, Estado Islâmico, e outros grupos terroristas são somente peões que servem aos interesses conflitantes entre as diversas forças oponentes no Oriente Médio e acima disso, entre as potências Ocidentais.

Pode-se dizer então que a hipótese desse trabalho foi confirmada, visto que é possível comprovar, através das fontes explicitadas, que o século XX, trouxe imensas mudanças para o Oriente Médio. A sua disposição política e cultural foi completamente modificada, tanto de maneira interna, com suas elites reinando agora Estados, quanto pelo colonialismo europeu, que por sua vez também caracteriza o início das intervenções ocidentais na região.

Essa face do problema, que culmina com a formação do Estado Islâmico, foi considerada interna neste trabalho porque ao longo do século XX esses elementos se tornaram intrínsecos na sociedade árabe, visto que ela foi obrigada a se desenvolver naquelas condições. E pode-se comprovar também, que a intervenção dos Estados Unidos, principalmente, no seu contexto de Guerra ao Terror, acarretou em uma deterioração ainda maior dessas instituições. A presença ocidental, bem como o seu esforço para modificar o cenário do Oriente Médio em seu favor, acabou tornando o ambiente favorável para a fermentação de grupos que já estavam presentes no território, porém não tinham as condições suficientes para agir com tanto espaço.

Além disso, depois do cenário montado, a omissão do ocidente em cumprir seu papel de restauração do dano causado com as guerras que infligiu na região, deu ainda mais espaço para o grupo, que na época era um grupo terrorista muito bem articulado – porém não com tanto poder. Por muito tempo o mundo ocidental ignorou a existência de uma guerra civil na Síria. A coalizão liderada pelos EUA, não é mais do que um ato de despertar tardio para um perigo que eles próprios – praticamente todos os Estados da coalizão – ajudaram a construir. Assim, as atenções só foram voltadas para o Oriente Médio e sua população, quando milhares de refugiados da guerra começaram a bater na porta do Ocidente, causando um choque nas populações europeias, que depois de invadirem o território desses povos em busca de poder, ainda se acham no direito de se incomodar com uma população que entra em seus países buscando somente manter-se viva.

REFERÊNCIAS

AFLAQ, Michel. **On the Arab Baath movement**. [S.l.], 1945. Disponível em: <<http://albaath.online.fr/English/Aflaq-18On%20the%20Arab%20Baath%20movement.htm>>. Acesso em: 28 out. 2016.

AKBARZADEH, Shahram. Iran and Daesh:: the case of a Reluctant Shia Power. **Middle East Policy**, Washington, n. 3, p.44-54, 2015. Fall.

AL-JAZEERA. **Assad orders new Syrian amnesty**. 21 de junho 2016. Disponível em: <http://www.aljazeera.com/news/middleeast/2011/06/2011621944198405.html>. Acesso em 01 novembro 2016.

AL-TAMIMI, Aymenn Jawad. The Evolution in Islamic State Administration: The Documentary Evidence. **Perspectives On Terrorism**, Online, v. 9, n. 4, p.117-129, ago. 2015. Trimestral.

ANDERSON, Perry. **A política externa norte-americana e seus teóricos**. Brasil: Boitempo, 2015. Tradução de George Kormikiaris.

ARKOUN, Mohammed. Islamismo e modernidade. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, 1 abr. 2003. Mensal. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=757>>. Acesso em: 10 set. 2016.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A Segunda Guerra Fria: Geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2013.

BBC Brasil. **Mapas explicam batalha do 'EI' pela Síria e pelo Iraque**. São Paulo. 16 de outubro de 2014. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/10/141015_mapas_siria_lab Acesso em: 30 out. 2016.

BBC NEWS. **Syria conflict**: Rebel force targets IS 'capital' Raqqa. 6 de novembro 2016a. Disponível em: <http://www.bbc.com/news/world-middle-east-37889133> Acesso em: 15 nov. 2016.

BBC NEWS. **Battle for Mosul**: Operation to retake Iraqi city from IS begins. 17 de outubro 2016b. Disponível em: <http://www.bbc.com/news/world-middle-east-37674693> Acesso em: 01 nov. 2016.

BECKER, Michael. When Terrorists and Target Governments Cooperate: the Case of Syria. **Perspectives On Terrorism**, Online, v. 9, n. 1, p.95-103, fev. 2015. Trimestral.

BERCITO, Diogo. Estado Islâmico nasceu em 1999 e cresceu com as guerras no Iraque e na Síria. **Folha de São Paulo**. Madri, 16 de novembro de 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/11/1706936-estado-islamico-nasceu-em-1999-e-cresceu-com-guerras-no-iraque-e-siria.shtml> Acesso em: 02 nov. 2016.

BLAU, Max. MCLAUGHLIN, Elliot. ISIS in the crosshairs: Battle for Mosul begins. CNN International Edition. 17 de outubro 2016. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2016/10/16/middleeast/mosul-isis-operation-begins-iraq/> Acesso em: 01 nov. 2016

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 11. ed. Brasília: Editora Unb, 1998. 1330 p. (Volume I). Título original: Dizionario di política.

BUNZEL, Cole. From Paper State to Caliphate:: the Ideology of the Islamic State. **Brookings: Center for Middle East Policy**, Washington, v. 19, n. 0, p.1-45, 19 mar. 2015.

CHULOV, Martin. SUMMERS, Hannah. Mosul offensive: forces launch mass attack on Iraqi city in bid to oust Isis. **The Guardian**. 17 de outubro 2016. Disponível em: Acesso em: 01 nov. 2016.

COCKBURN, Patrick. **A origem do Estado Islâmico**: O fracasso da Guerra ao Terror e a ascensão Jihadista. Brasil: Autonomia Literária, 2015a. (HISTORIAS).

COCKBURN, Patrick. De onde vêm tantos refugiados?. **Outras Palavras**. 17 de setembro 2015b. Disponível em: <http://outraspalavras.net/posts/de-onde-vem-tantos-refugiados/> Acesso em: 20 out. 2016.

COLLINS. **Collins English Dictionary**. Glasgow: Harpercollins Publishers, 2016. Introduction by Mark Forsyth. Disponível em: <<http://www.collinsdictionary.com/dictionary/english>>. Acesso em: 16 set. 2016.

COOPER, Helene. SCHMITT, Eric. Airstrikes by U.S. and Allies Hit ISIS Targets in Syria. **The New York Times**. 22 de setembro 2014. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2014/09/23/world/middleeast/us-and-allies-hit-isis-targets-in-syria.html?smid=fb-nytimes&smtyp=cur&bicmp=AD&bicmlukp=WT.mc_id&bicmst=1409232722000&bicmet=1419773522000&_r=0> Acesso em: 20 out. 2016.

CORDESMAN, Anthony. **U.S. Strategy and the War in Iraq and Syria**. 2016. Center for Strategic & International Studies. Disponível em: <<https://www.csis.org/analysis/us-strategy-and-war-iraq-and-syria>>. Acesso em: 01 nov. 2016.

CRENSHAW, Martha. A estratégia contraterrorista dos Estados Unidos. In: HERZ, Monica. (Org.) **Terrorismo e Relações Internacionais: perspectivas e desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: PUC-Rio. Edição Loyola, 2010 p. 49-77

DEGAUT, Marcos. A Evolução da Estratégia Contraterrorista dos Estados Unidos. **Mundorama**, Brasília, out. 2016. Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais. Disponível em: <<http://www.mundorama.net/2016/10/20/a-evolucao-da-estrategia-contraterrorista-dos-estados-unidos-por-marcos-degaut/>>. Acesso em: 20 out. 2016.

DEMANT, Peter. **O mundo muçulmano**. 3. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

DINIZ, Eugênio. A guerra contra a Al-Qaeda: avaliação e perspectivas. In: HERZ, M.; AMARAL, A.B. (Org.) **Terrorismo e Relações Internacionais: Perspectivas e Desafios para o Século XXI**. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Edições Loyola, 2010.

ERLICH, Reese. **Inside Syria: the backstory af their Civil War and what the world can expect**. Amherst, New York: Prometheus Books, 2014. 190 p.

ESTULIN, Daniel. **Fuera de Control: Cómo Occidente Creó, Financió y Desató el Terror del Estado Islámico sobre el Mundo**. Barcelona: Planeta, 2015. 334 p.

FREEMAN JUNIOR, Chas W. Responding to Failure: Reorganizing US policies in the Middle East. **Middle East Policy**, [s.l.], n. 2, p.30-39, summer 2015.

GANOR, Boaz. Four Questions on ISIS: A "trend" analysis of the Islamic State. **Perspectives On Terrorism**, Online, v. 9, n. 3, p.56-64, jun. 2015. Trimestral.

GAUB, Florence; PAWLAK, Patryk. **Sykes-Picot and Syria**. 2013. Elaborado por European Union Institute for Security Studies. Disponível em: <<http://www.iss.europa.eu/publications/detail/article/sykes-picot-and-syria/>>. Acesso em: 19 set. 2016.

GHAREEB, Edmund; DOUGHERTY, Beth. **Historical Dictionary of Iraq**. Oxford: The Scarecrow Press, 2004. 459 p. (Historical Dictionaries of Asia, Oceania, and the Middle East, No. 44).

HINNEBUSCH, Raymond. **Syria: revolution from above**. Nova Iorque: Routledge, 2001. 181 p.

HOURANI, Albert. **Uma história dos povos árabes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

KAMEL, Lorenzo. **Artificial nations? The Sykes-Picot and the Islamic State's narratives in a historical perspective, 2014**. Disponível em: http://www.studistorici.com/wp-content/uploads/2016/03/03_KAMEL.pdf Acesso em 03 out. 2016.

GONÇALVES, José Henrique Rollo. O Império Otomano e as Rivalidades Imperialistas. In: CABRAL, Ricardo Pereira; MUNHOZ, Sidnei; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Impérios na História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. Cap. 18. p. 215-221.

HALL, M Clement. **The history of Syria: 1900-2012**. Boston: Charles River Editors, 2013. 70 p.

HALLIDAY, Fred. **The Middle East in International Relations: Power, Politics and Ideology**. Cambridge: Cambridge Press, 2005.

HAZBUN, Waleed. A History of Insecurity: from the Arab Uprising to ISIS. **Middle East Policy**, [s.l], v. , n. 3, p.55-65, 2015.

HERZ, Monica et al (Org.). **Terrorismo e Relações Internacionais: perspectivas e desafios para o século XXI**. São Paulo: Loyola, 2010.

HARRIET DAILY NEWS. **Turkey needs to normalize relations with Syria, says PM Yildirim**. Disponível em: <<http://www.hurriyetdailynews.com/turkey-wants-to-develop-good-relations-with-syria-says-pm-yildirim.aspx?pageID=238&nid=101536>> Acesso em: 20 out. 2016.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914 - 1991**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HUGHES, Aaron W. **The Sykes-Picot Agreement and the making of the modern Middle East**. 2016. Disponível em: <<http://theconversation.com/the-sykes-picot-agreement-and-the-making-of-the-modern-middle-east-58780>>. Acesso em: 16 ago. 2016.

Institute for Economics and Peace. Global Terrorism Index. 2015. **Think Tank**. Disponível em: <http://economicsandpeace.org/wp-content/uploads/2015/11/Global-Terrorism-Index-2015.pdf> Acesso em: 20 out. 2016.

JERVIS, Robert. Understanding the Bush Doctrine. **Political Science Quarterly**. V. 118, n. 3, p. 365-388, 2003

JONES, Bryony. **Fight for Mosul: One month on**. CNN International Edition. 19 de novembro de 2016. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2016/11/19/middleeast/mosul-one-month-on/index.html> Acesso em: 20 novembro 2016

KHOURY, Philip S. **Urban notables and Arab nationalism: The politics of Damascus 1860-1920**. Massachusetts: Cambridge University Press, 1983. 153 p.

KRIEG, Andreas. Externalizing the burden of war: the Obama Doctrine and US foreign policy in the Middle East. **Foreign Affairs**, Oxford, v. 92, n. 1, p.97-113, jan. 2016.

LAURENS, Henry. A partilha do Oriente Médio. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, v. 0, n. 0, p.0-0, 1 abr. 2003. Mensal. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=800>>. Acesso em: 10 set. 2016.

LEFEÈVRE, Raphael. **Ashes of Hama: the Muslim Brotherhood in Syria**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

LISTER, Charles. **The Syrian Jihad: Al-Qaeda, the Islamic State and the Evolution of an Insurgency**. Oxford: Oxford University Press, 2016. 540 p.

LISTER, Charles. A long way from success: Assessing the War on the Islamic State. **Perspectives On Terrorism**, Online, v. 9, n. 4, p.3-13, Aug. 2015. Bimestral.

MAIA, Hugo. **Protestos Sociais em Marrocos e a dita “primavera” dita “árabe”**. 2016. Publicado na Revista Jogos sem Fronteiras. Disponível em: <http://www.buala.org/pt/jogos-sem-fronteiras/protestos-sociais-em-marrocos-e-a-dita-primavera-dita-arabe>>. Acesso em: 4 nov. 2016.

MANUEL, Dave. **Definition of Blowback**. [201-?]. Disponível em: <http://www.davemanuel.com/investor-dictionary/blowback/>> Acesso em: 04 nov. 2016.

MATTHEWS, Ken. **The Gulf Conflict and international relations**. Londres: Routledge, 1993. 339 p.

MCHUGO, John. **Syria: a history of the last hundred years**. New York: The New Press, 2015. 320 p.

MEIHY, Murilo Sebe Bon. As Origens do Califado e o Império Árabe-islâmico: “um Harém de Soberanos”. In: CABRAL, Ricardo Pereira; MUNHOZ, Sidnei; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Impérios na História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. Cap. 6. p. 71-80.

MENDONÇA, Cláudio. Doutrina Bush: Guerra contra o terrorismo e o "eixo do mal". **Uol Educação**. Online, 26 set. 2005. Geografia. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/doutrina-bush-guerra-contra-o-terrorismo-e-o-eixo-do-mal.htm>>. Acesso em: 10 out. 2016.

MOHAMMED, Yasmin. **O NACIONALISMO ÁRABE E O PARTIDO BAATH:: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA EXTERNA DA SÍRIA DA ASCENSÃO DE HAFEZ AL-ASSAD (1970-2000) À PRESIDÊNCIA DE BASHAR AL-ASSAD (2000-2010)**. 2016. 91 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/147453>>. Acesso em: 20 Não é um mês valido! 2016.

NAPOLEONI, Loretta. **A Fênix Islâmica: O Estado Islâmico e a reconfiguração do Oriente Médio**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015. Tradução de Milton Chaves de Almeida.

NAPOLEONI, Loretta. **Insurgent Iraq: Al Zarqawi and the New Generation**. New York: Seven Stories Press, 2005. 280 p.

NARAYAN, Chandrika. Iraq retakes town of Nimrud near ancient Assyrian city, Iraqi militia says. **CNN International Edition**. 19 de novembro de 2016 Disponível em: <<http://edition.cnn.com/2016/11/19/middleeast/iraq-retakes-nimrud/index.html>> Acesso em: 20 nov. 2016

OBAMA, Barack. Renewing American Leadership. **Foreign Affairs**. V. 86, n. 4, 2007.

OBAMA, Barack. The U.S. Strategy To Defeat ISIL and Combat the Terrorist Threat. Washington, 06 de agosto de 2016. Discurso. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/isil-strategy>> Acesso em: 10 de novembro de 2016.

PATRIOTA, Antonio de Aguiar. **O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: A Articulação de um novo Paradigma de Segurança Coletiva**. 2. ed. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010. 229 p. (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES).

PEDUZZI, Pedro. **Abin trabalha para evitar possíveis ações terroristas na Olimpíada de 2016**. EBC Notícias. 05 setembro 2015. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/2015/09/abin-trabalha-para-evitar-possiveis-aco-es-terroristas-na-olimpiada-de-2016>> Acesso em: 20 out. 2016

RAMOS, Graça Andrade. Dois anos de ameaça do Estado Islâmico em mapas. **RTP Notícias**. 03 de agosto 2016. Disponível em: <http://www.rtp.pt/noticias/mundo/dois-anos-de-ameaca-do-estado-islamico-em-mapas_n938112> Acesso em: 20 out. 2016.

REUTERS BRASIL. **Forças iraquianas preparam ofensiva para retomada de Fallujah do Estado Islâmico**. 22 de maio 2016. Disponível em: <<http://br.reuters.com/article/worldNews/idBRKCN0YD0M9>> Acesso em: 20 out. 2016.

ROSEN, Armim. ISIS Now Controls A Shocking Percentage Of Iraq And Syria. **Business Insider Australia**. 12 de junho 2014. Disponível em: <<http://www.businessinsider.com.au/isis-controls-shocking-percentage-of-iraq-and-syria-2014-6>> Acesso em: 20 out. 2016.

SAID, Rodi. U.S.-backed Syrian alliance declares attack on Islamic State in Raqqa. **Reuters**. 6 de novembro 2016. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/us-mideast-crisis-syria-raqqa-idUSKBN1310GX>> Acesso em: 10 nov. 2016.

SAHNER, Christian. **Among the ruins: Syria past and present**. New York: Oxford University Press, 2014. 224 p.

SHAHEEN, Kareem. Syrian rebels reclaim key border town from Islamic State. **The Guardian**. 24 de agosto 2016. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2016/aug/24/syrian-rebels-reclaim-key-border-town-jarablus-from-islamic-state>> Acesso em: 20 out. 2016.

SIMONS, Geoff. **Iraq: From Sumer to Saddam**. Londres: The Macmillan Press, 1994. 406 p.

TAUBER, Eliezer. **The formation of modern Syria and Iraq**. Portland, Oregon: Frank Cass Publishers, 1994. 417 p.

SLY, Liz. Syrian Rebel group that got U.S.aid dissolves. **The Washington Post**. 01 de março de 2015. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/world/syrian-fighter-group-that-got-us-missiles-dissolves-after-major-defeat/2015/03/01/286fa934-c048-11e4-a188-8e4971d37a8d_story.html> Acesso em: 01 nov. 2016.

THE Sykes-Picot Agreement : 1916. 2008. Elaborado por **The Avalon Project**, Yale Law School. Disponível em: <http://avalon.law.yale.edu/20th_century/sykes.asp>. Acesso em: 16 ago. 2016.

TORRES, Luísa Fernanda Turbino. **Políticas de segurança nacional para o combate ao terrorismo internacional nos Estados Unidos da América**: reformas e reafirmações do governo Obama. 2015. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/TURBINO-Pol%C3%ADticas-de-seguran%C3%A7a-nacional-para-o-combate-ao-terrorismo-internacional-nos-Estados-Unidos-da-Am%C3%A9rica.pdf>> Acesso em: 02 out. 2016.

TRIPP, Charles. **A History of Iraq**. 3. ed. New York: Cambridge University Press, 2007. 357 p.

U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE. **Iraq and Syria: ISIL's Areas of Influence, August 2014 Through February 2016**. Washington, 2016

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A Primavera Árabe: entre a democracia e a geopolítica do petróleo**. Porto Alegre: Século XXI, 2012. 184 p.

VISENTINI, Paulo. **O Grande Oriente Médio: da descolonização a Primavera Árabe**. Porto Alegre: Elsevier, 2014.

WAGEMAKERS, Joas. The Concept of Bay'a in the Islamic State's Ideology. **Perspectives On Terrorism**, Online, v. 9, n. 4, p.98-106, Aug. 2015. Bimestral.

WEISS, Michael; HASSAN, Hassan. **O Estado Islâmico: Desvendando o Exército do Terror**. São Paulo: Seoman, 2015.

WRIGHT, Robin. **How the Curse of Sykes-Picot Still Haunts the Middle East**. 2016. Disponível em: <<http://www.newyorker.com/news/news-desk/how-the-curse-of-sykes-picot-still-haunts-the-middle-east>>. Acesso em: 16 ago. 2016.

WRIGHT, Robin. **Imagining a Remapped Middle East**. 2013. Publicado em The New York Times. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2013/09/29/opinion/sunday/imagining-a-remapped-middle-east.html?pagewanted=1&_r=1>. Acesso em: 16 ago. 2016.

ZININ, Yuriy. **From the Sykes-Picot Agreement to the Arab Spring**. 2016. Disponível em: <<http://journal-neo.org/2016/06/28/from-the-sy/>>. Acesso em: 16 ago. 2016.